UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

MARIA JULIA DA COSTA BEZZI

DESENVOLVIMENTO E MUDANÇA ESTRUTURAL: ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE BRASIL E COREIA DO SUL

PORTO ALEGRE
2015

MARIA JULIA DA COSTA BEZZI

DESENVOLVIMENTO E MUDANÇA ESTRUTURAL: ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE BRASIL E COREIA DO SUL

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Henrique Morrone

PORTO ALEGRE

2015

CIP - Catalogação na Publicação

Bezzi, Maria Julia da Costa
Desenvolvimento e Mudança Estrutural: Análise Comparativa entre Brasil e Coreia do Sul / Maria Julia da Costa Bezzi. -- 2015.
67 f.

Orientador: Henrique Morrone.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Curso de Ciências Econômicas, Porto Alegre, BR-RS, 2015.

1. Brasil. 2. Coreia do Sul. 3. Comparativo. 4. Desenvolvimento. 5. Mudança Estrutural. I. Morrone, Henrique, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

MARIA JULIA DA COSTA BEZZI

DESENVOLVIMENTO E MUDANÇA ESTRUTURAL: ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE BRASIL E COREIA DO SUL

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Economia.

Aprovada em: Porto Alegre, 23 de junho de 2015.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Henrique Morrone – Orientador
UFRGS

Prof. Dr. Marcelo Milan
UFRGS

Prof. Me. Thomas Kang
ESPM

A meus pais, que sempre me incentivaram na busca de conhecimento e de experiências, que investiram na minha formação e acreditaram no meu potencial. Devo o que sou e o que sei aos seus incansáveis esforços em me ajudar, principalmente àqueles que não deram certo.

AGRADECIMENTOS

Realizar esse trabalho teve um valor imenso para mim, não só porque marca o fim de um período de muito aprendizado – e o início de outro igualmente desafiador – mas por representar uma união do que eu aprendi nos últimos cinco anos e meio e, assim, um reflexo meu e das minhas experiências acadêmicas. Estudar quase que em período integral me ensinou muito sobre mim – e também sobre história, finanças, desenvolvimento, marketing, cálculo, essas coisas – e me mostrou que enquanto aprendemos nos transformamos em versões melhores de nós mesmos. Nenhum conhecimento é perdido e por isso tenho muito a agradecer a todos que de alguma forma enriqueceram minha jornada.

Primeiramente, meu muito obrigada aos mestres que eu tive o prazer de conhecer e cujas experiências pude absorver durante as aulas, palestras, conversas e incansáveis dúvidas e perguntas. Destaco aqui o orientador deste trabalho, Henrique Morrone, que aceitou o desafio e embarcou nessa pesquisa comigo: obrigada pela disponibilidade, atenção e comprometimento não só com minhas aspirações, mas também com os resultados finais aqui apresentados. Agradeço também aos professores Marcelo Milan e Thomas Kang, que tomaram seu tempo para ler e analisar o trabalho, participando da banca avaliadora do mesmo e dando, assim, sua contribuição para seu aperfeiçoamento.

Obrigada a minha família, que esteve do meu lado sempre e (tentou) entender os momentos de *stress* e cansaço da melhor forma possível. Um agradecimento especial ao meu pai, que foi provavelmente a maior força que me trouxe até aqui; que não me permitiu desistir e não poupou esforços em me mostrar o quanto essa conquista fazia todo o trajeto valer a pena. Digo isso da forma mais carinhosa possível, pai: diploma na mão, agora chega. Aos meus amigos, que compreenderam os momentos em que não pude estar presente e que, muitas vezes, foram o puxão de orelha que eu precisava pra focar mais uma vez ou o empurrão que faltava para encaminhar tudo para o final. Obrigada não só pelo apoio moral mas pelas festas, risadas, *happy hours* e viagens (à *Cali* em especial) que fizeram tudo mais leve e (muito) mais proveitoso.

A esses e a todos presentes nas entrelinhas: divido essa conquista com vocês.

Quanto mais pensava sobre o assunto, tanto mais claro lhe parecia que, no fundo, saber que não se sabe também é uma forma de conhecimento.
Jostein Gaarder - O mundo de Sofia

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é realizar uma abordagem histórica e quantitativa do desenvolvimento do Brasil e da Coreia do Sul, destacando e comparando políticas adotadas, suas consequências e como estas afetaram a composição do crescimento do produto ao longo do período analisado – de 1970 a 2000. Para tanto, foi utilizada uma bibliografia atual sobre os temas pertinentes, assim como técnicas de decomposição que permitiram verificar a contribuição dos diferentes setores para o crescimento de cada economia. Com esse estudo, pôde-se perceber diferenças na trajetória histórica, política e econômica dos países estudados e a forma como estas influenciaram o crescimento do PIB, transformando em maior ou menor medida sua estrutura produtiva.

Palavras-chave: Brasil. Coreia do Sul. Comparativo. Desenvolvimento. Mudança estrutural.

ABSTRACT

This paper aims to achieve a historical and quantitative approach of the development in Brazil and the Republic of Korea, contrasting and comparing policies implemented, its consequences and how they affected the composition of product growth through the selected period – from 1970 to 2000. In order to do so, a modern literature on the relevant themes was exploited and techniques of decomposition were applied. Through them, it was possible to verify the contribution of different sectors to each economy's growth. This research has allowed the understanding of singular aspects of the historical, political and economical path of the studied countries and how it impacted the GDP growth, transforming a greater or lesser extent of its productive structure.

Keywords: Brazil. Republic of Korea. Comparative. Development. Structural change.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - PIB Total (em milhões de US$ constantes em 2005) 43
Gráfico 2 - PIB Per Capita (em US$ constantes em 2005).....44
Gráfico 3 - Reservas Internacionais (em US$ correntes) 46
Gráfico 4 - Trajetória das Importações.....48
Gráfico 5 - Trajetória das Exportações.....49
Gráfico 6 - Balança Comercial (em milhões de US$ correntes) 50
Gráfico 7 - Estrutura do PIB em 2000.....54
Gráfico 8 - Estrutura das Importações em 2000 56
Gráfico 9 - Estrutura das Exportações em 2000 57
Gráfico 10 - Composição do Crescimento do PIB no Brasil.....59
Gráfico 11 - Composição do Crescimento do PIB na Coreia do Sul.....61
Gráfico 12 - Comparação do Crescimento do PIB no Brasil e Coreia do Sul.....62

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 10

2 GLOBALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO 14

2.1 BREVE HISTÓRICO DA ECONOMIA GLOBAL 15

2.2 SOBRE A GLOBALIZAÇÃO 19

2.3 A QUESTÃO DO DESENVOLVIMENTO 21

3 O PÓS-GUERRA E AS POLÍTICAS NACIONAIS 25

3.1 DO PÓS-GUERRA AOS PLANOS DE DESENVOLVIMENTO 26

3.2 OS GOVERNOS MILITARES E OS PERÍODOS DE "MILAGRE ECONÔMICO" 31

3.3 AS CRISES E A REDEMOCRATIZAÇÃO 37

4 INDICADORES AGREGADOS E DECOMPOSIÇÕES 42

4.1 ECONOMIA AGREGADA 42

4.1.1 Produto 43

4.1.2 Situação Internacional 45

4.2 ESTRUTURA E DECOMPOSIÇÕES 52

4.2.1 Estrutura das Variáveis 53

4.2.2 Decomposição 58

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 64

REFERÊNCIAS 66

1 INTRODUÇÃO

É hoje difundido que as economias do eixo do Atlântico Norte (como Inglaterra, EUA e França) e até mesmo o Japão desenvolveram-se anteriormente às demais, gozando de certas vantagens com relação a recursos e tecnologias. As ditas economias atrasadas – especificamente o grupo aqui referido como "o resto" – despontaram no ranking de competidores globais após a II Guerra Mundial com uma ampla gama de indústrias de tecnologia média e depararam-se com barreiras e desafios semelhantes entre si.

> Entre os países atrasados uma grande divisão foi estabelecida ao fim da II Guerra Mundial na forma de experiência manufatureira. 'O resto' – compreendendo China, Índia, Indonésia, *Coreia do Sul*, Malásia, Taiwan e Tailândia na Ásia; Argentina, *Brasil*, Chile e México na América Latina; e Turquia no Oriente Médio – havia obtido experiência manufatureira suficiente na produção de seda, algodão, alimentos e bens de consumo leves para avançar a setores de média-tecnologia e depois alta-tecnologia. (AMSDEN, 2001, p.1, grifo nosso).

A ascensão desse grupo de países foi uma das grandes transformações do cenário internacional da segunda metade do século XX e se deu de forma inovadora: pela primeira vez países se industrializaram sem inovações próprias, empregando aprendizado puro – o que infere em inicial dependência e *catching up* progressivo aos países do Atlântico Norte. Tal alcance, no entanto, se deu de formas variada nos diferentes países e percebem-se divergências entre as trajetórias de desenvolvimento e suas repercussões. "Enquanto todos os países do resto construíram com sucesso indústrias de média-tecnologia, alguns avançaram mais em transformar-se em economias baseadas em conhecimento" (AMSDEN, 2001, p.14). Tais diferenças levaram os países, mesmo pertencendo a um grupo com características semelhantes, a situações econômicas e sociais próprias, que podem ser qualificadas a partir de indicadores e cálculos adequados.

Assim, o presente trabalho busca **analisar comparativamente o desenvolvimento do Brasil e da Coreia do Sul**, abordando as políticas adotadas em cada um dos países desde o pós II Guerra e mostrando seu resultado na forma de indicadores específicos e das características de mudança estrutural presentes em cada uma das economias de 1970 a 2000 – período que reflete os resultados práticos das políticas implementadas anteriormente e envolve grandes transformações em ambas as economias. Tal período foi definido devido a mais completa disponibilidade de dados e também por excluir o momento pós-crise em ambos

os países, não considerando a brusca mudança na política econômica com as medidas do FMI e os governos ortodoxos que as seguiram.

Os países, por outro lado, foram selecionados por serem parte do grande grupo definido por Amsden (2001) como "o resto" e, assim, se assemelharem quanto à capacidade produtiva e ao contexto nacional de forma geral no início de seu desenvolvimento. Além disso, esses dois países são representantes das duas grandes regiões que englobam a maior parte das economias ditas emergentes durante esse período: América do Sul e Leste Asiático, regiões que apresentam trajetórias de desenvolvimento únicas e, assim, resultados diferentes entre si. Dessa forma, o objetivo geral da pesquisa é caracterizar o desenvolvimento brasileiro e sul coreano, abordando as diferenças nas políticas adotadas por cada governo e destacando suas consequências em cada economia. Alguns objetivos específicos também foram desenvolvidos com a intenção de complementar o trabalho e permitir uma visão mais abrangente do tema tratado. São eles:

a) apresentar e discorrer sobre o histórico de desenvolvimento de cada país, apontando políticas que trouxeram consequências importantes para o objetivo do trabalho;
b) ponderar e discutir obras consideradas relevantes ao tema, buscando um debate entre os autores de modo a enriquecer a pesquisa apresentada;
c) observar a participação da indústria no PIB dos países e sua interação com os demais setores no decorrer do período analisado;
d) entender como as variáveis estudadas se relacionam e qual sua influência nos resultados obtidos;
e) analisar o aspecto quantitativo do desenvolvimento através da compreensão do impacto de cada setor no crescimento total do produto.

A decisão da escolha do tema partiu da vontade de compreender o motivo pelo qual países que se desenvolveram em um mesmo período e, assim, foram expostos à conjuntura internacional e desafios semelhantes obtiveram resultados tão diferentes e ocupam hoje posições distintas na economia mundial. Espera-se que compreendendo a motivação para optar por determinada política, os caminhos do desenvolvimento tomados por cada país fiquem mais claros e, assim, também os resultados obtidos pelos mesmos. Tal tema é enriquecido por abranger não só a economia de cada país, mas também seu histórico, seus padrões políticos e o contexto internacional de forma geral. Pesquisar o Brasil carrega um apelo especial por ser uma economia que vem sendo estudada pelos mais diferentes âmbitos desde o início do curso e compará-lo permite colocar essas informações em perspectiva e

conhecer uma abordagem distinta, o que sempre sofistica o quadro observado e encaminha a pesquisa a sua forma mais completa.

Ao longo deste trabalho optou-se por utilizar uma literatura recente, cujas teorias aperfeiçoam ou complementam alguns aspectos dos textos clássicos – entre eles a diferença entre conhecimento e informação apontada por Amsden (2001). "Diferente da informação, que é factual, conhecimento é conceitual; envolve combinações de fatos que interagem de formas intangíveis" (AMSDEN, 2001, p.3). Para a autora, informação perfeita é concebível, mas conhecimento perfeito não o é por este ser específico e protegido, visando aumentar dividendos tecnológicos. Amsden (2001) vê que a maior parte das teorias e prescrições políticas relacionadas ao desenvolvimento econômico consideram o conhecimento acessível e não como uma barreira dentro das relações econômicas. Esse fato faz com que tais teorias não compreendam a real dificuldade dos países emergentes em sua busca pelo desenvolvimento e explica, assim, a opção de utilizar nesta pesquisa obras que considerem essas peculiaridades.

Amsden (2001) ainda pondera as principais obras sobre o tema, cujos núcleos não utilizam o conceito de informação e conhecimento adotados no decorrer deste trabalho. Na teoria do comércio de Hecksher-Ohlin-Samuelson, por exemplo, criada durante os debates de abertura econômica, assume-se o perfeito conhecimento e o pleno emprego dos dois lados da economia – o que torna todas as indústrias de um país igualmente produtivas e possibilita aos países menos competitivos a solução única de ajustar preços (reduzindo salários) ao invés de desenvolver aprendizado. Também nos "novos modelos de crescimento", a autora aponta a inexistência de entidades de negócios, o que inviabiliza o conhecimento de propriedade e específico de cada firma como barreiras de entrada. Na "nova economia institucional", o desenvolvimento econômico é visto como um movimento em direção a mercados e informações perfeitos (minimizando assim os custos de transação) e não ao desenvolvimento de conhecimento que reduza os custos de produção e melhore a posição no mercado.

Da mesma forma que Amsden (2001), também Piketty (2013) discorre sobre o motivo de teorias mais atuais serem em geral mais apuradas, uma vez que "se baseiam em dados históricos e comparativos muito mais extensos que os de todas as pesquisas anteriores [...] e numa estrutura teórica inovadora que permite compreender melhor as tendências e os mecanismos de operação" (PIKETTY, 2013, p.09). Citando Malthus, Ricardo e Marx – entre outros – o autor explica que só é possível compreender as previsões dos estudiosos considerando as impressionantes transformações econômicas e sociais em curso nos séculos XIII e XIX. Ou seja, Piketty (2013) reconhece que tais teorias foram moldadas em grande medida pela conjuntura da época em que foram desenvolvidas e que suas previsões puderam

ser evitadas com o crescimento econômico moderno e a difusão do conhecimento, mas afirma que estes não modificaram as estruturas profundas estudadas e explicitadas por cada autor. Os autores, como os economistas hoje, partiram de questões essenciais e tentaram respondê-las usando os meios de que dispunham.

Além de uma bibliografia recente, o trabalho também utiliza métodos de decomposição na sua elaboração, ao trabalhar com taxas de crescimento e sua decomposição setorial. Para tanto, utiliza-se a média de crescimento do PIB de 1970 a 2000 (divididos em três períodos de igual tamanho: de 1971 a 1980, de 1981 a 1990 e de 1991 a 2000, para a melhor compreensão da evolução gradual das economias), calculada a partir dos valores adicionados de cada setor e sua parcela na composição do crescimento total do produto.

Depois dessa breve introdução de aspectos pontuais da pesquisa, é feito um apanhado histórico do contexto econômico internacional que aponta características sistêmicas que envolveram o desenvolvimento dos dois países estudados desde o início do século XX – enfocando no período de vigência das instituições *Bretton Woods* – e um debate econômico teórico sobre os temas tratados que fundamente o restante do trabalho, tanto no quesito globalização quanto no que toca o desenvolvimento. Depois, no terceiro capítulo, são desenrolados os dados históricos de cada um dos países no período pós II Guerra Mundial, quando se intensificam os processos de desenvolvimento, comparando as experiências passadas do Brasil e da Coreia do Sul sempre que adequado. O quarto capítulo amplia a análise para questões agregadas, apresentando a trajetória dos indicadores macroeconômicos de 1970 a 2000 e em seguida decompondo setorialmente a economia, através da metodologia citada anteriormente e durante as décadas de 1971 a 1980, 1981 a 1990 e 1991 a 2000. Nesse momento a comparação dos países é enriquecida com aspectos estruturais e encaminha o trabalho às considerações finais sobre sua realização. Acredita-se que a pesquisa se desenvolveu de forma gradual, acrescentando informações relevantes em cada etapa; seu resultado se encontra nas páginas a seguir.

2 GLOBALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

A economia internacional vem sendo transformada constantemente pela globalização em seu mais amplo sentido, com relação à maior interconexão dos atores globais, intensa troca de informações, acelerado desenvolvimento tecnológico e crescentes índices de comércio internacional. O princípio dessa globalização, com as grandes navegações e o contato de diferentes sociedades primitivas, foi também o início do mercantilismo e das primeiras experiências de trocas internacionais; o que conectou os processos e faz com que até hoje a globalização represente quase uma extensão do sistema econômico vigente. Em uma relação quase simbiótica, a globalização desenvolve a economia – a partir da especialização dos países, dos ganhos de eficiência, da produção em escala, da maior produtividade e variedade dos produtos, da abertura à concorrência e de menores custos de transação – e o comércio permite o melhor aproveitamento da globalização, ao disseminar o conhecimento, criar novas tecnologias e integrar o mundo na forma mais pura das relações comerciais (RODRIK, 2007).

A dinamização do comércio e dos fluxos de capitais, intensificada em meados do século XX e incitada por políticas econômicas ortodoxas – em favor da desregulamentação e da redução ou eliminação de barreiras ao comércio internacional – permite o desenvolvimento necessário para a extensão da globalização.

> Desde a década de 1960, o avanço acelerado da globalização – ou seja, o mundo visto como um conjunto único de atividades interconectadas que não são estorvadas pelas fronteiras locais – provocou um profundo impacto político e cultural, sobretudo na sua forma atualmente dominante de um mercado global livre e sem controles. (HOBSBAWM, 2007, p.10).

Hobsbawn (2007) aponta que a globalização é um fenômeno que afeta de forma diferenciada os países de acordo com sua habilidade de beneficiar-se dela, o que polariza as opiniões a esse respeito. Torna-se importante discorrer sobre os aspectos globalizantes da economia por estes envolverem o desenvolvimento dos países aqui estudados desde seu início – e mais intensamente no período analisado, de 1970 a 2000 – permitindo, muitas vezes, que sua atuação internacional seja expandida. Aqui, consideram-se não só questões de comércio internacional, como volumes de exportações e importações, mas também o acesso dos países a capital externo (para o financiamento dos seus esforços desenvolvimentistas) e à tecnologia de forma geral, que permite a realização de engenharia reversa e outros processos que levam a maior industrialização. É em grande parte a mudança intrínseca aos processos globalizantes

que permite a adaptação da economia global às transformações do sistema internacional e que essa transponha, através de reinvenções, suas crises periódicas. Essas transformações são observadas na evolução do capitalismo e nas mudanças estruturais ocorridas gradualmente na economia global. Tais informações são apresentadas a seguir, através de um breve apanhado histórico desde o início do século XX e enfocando no período pós guerra, cujas ramificações amparam os dados analisados posteriormente.

2.1 BREVE HISTÓRICO DA ECONOMIA GLOBAL

Até o início do século XX o pensamento econômico baseou-se predominantemente nas ideias clássicas de uma sociedade de mercados, onde os governos tinham funções extremamente limitadas – pensamento cujas políticas acarretaram, mesmo que indiretamente, na Grande Depressão de 1929 (RODRIK, 2012). Para lidar com tal crise, o governo foi ganhando um papel mais expansivo, marcando o século XX com um novo modelo de "economia-mista". Em 1944, foi realizada uma conferência em *Bretton Woods,* New Hampshire, visando estabelecer normas econômicas globais que prevenissem a repetição dos acontecimentos da Grande Depressão. Os Estados Unidos, já despontando sua superioridade militar, tecnológica e econômica sobre os Aliados, conduziram as negociações. O Sistema *Bretton Woods* criou duas instituições especializadas de âmbito econômico, "constantemente descritas como as instituições irmãs da ONU" (WOODS, 2008, p. 233): o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), ou Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

A partir disso, o livre-comércio passou a ser incentivado por um sistema de câmbio fixo determinado pela convertibilidade fixa do dólar em ouro e defendido pela proteção militar norte americana. No plano diplomático, a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) visava o monitoramento do sistema mundial fundamentado no livre comércio. "Ainda que enfrentando algumas resistências, os Estados Unidos eram os senhores da nova ordem mundial. [..] A Pax Americana caracterizou-se nesse sentido e por longo tempo, como o monopólio dos Estados Unidos em termos de decisões estratégicas" (VIZENTINI, 1998, p.99). Assim como com relação à globalização posteriormente, também a economia balizada pelas novas normas obteve opiniões diversas, uma vez que sua aplicação era mais sensível aos países com menor influência no sistema econômico e que as normas defendidas eram as adotadas principalmente pelos Estados Unidos e outros países ocidentais – levantando o questionamento sobre se seriam igualmente benéficas ao grande grupo plural de países.

A intensa politização das normas de comércio com o novo sistema e suas instituições representou uma nova filosofia econômica, cuja configuração representava um sistema econômico multilateral – por englobar, pela primeira vez, normas estendidas a praticamente todos os países do globo – cujas regras e sua aplicação eram garantidas pelas instituições internacionais que permitiam que a estrutura econômica moldada pelos EUA persistisse além de sua nação. Institucionalmente, o sistema *Bretton Woods* foi muito inovador e marcou esse período, tendo destaque nas discussões acadêmicas e políticas, uma vez que "o trabalho do FMI e do BM afeta profundamente o de outras instituições da ONU, por nada menos que definir os parâmetros econômicos nos quais toda a assistência aos países e programas de ajuda devem se encaixar." (WOODS, 2008, p. 234).

Essa influência se devia em parte à forma de operação destas organizações, diferenciada das demais organizações da ONU por aspectos particulares. A associação condicional impõe que para serem membros do Banco Mundial, os países deveriam estar associados ao FMI e, assim, seguir seus conselhos; os orçamentos são independentes das contribuições dos países membros, decorrentes de operações de empréstimos ou investimentos anteriores, concedendo-os certa autonomia com relação a seus membros; o peso do voto não é igual entre os países, dependendo do tamanho e da abertura de cada economia, assim como da cota-parte de cada país. Além disso, os colaboradores do FMI e do Banco Mundial não são contratados de acordo com cotas formais para garantir que todos os países tenham representatividade e sim por um "sistema de meritocracia não baseado em nacionalidades, que atrai graduados altamente treinados das principais economias e centros financeiros mundiais" (WOODS, 2008, p. 234). Apenas os gerentes gerais de cada organização são apontados politicamente e representam a influência das grandes potências econômicas do sistema internacional.

Tal estrutura permitiu críticas sobre a real representatividade destas instituições e se estas não seriam instrumentos da tentativa de liderança mundial estadunidense e da disseminação forçada do capitalismo global. A ausência de representantes nacionais dos países em desenvolvimento, ou sua clara minoria nos conselhos institucionais, aumenta as críticas ao processo e a relutância de alguns governos em seguir as medidas propostas. Mais que isso, Chang (2002, p.11) vê que "os países em desenvolvimento estão sofrendo uma enorme pressão, por parte das nações desenvolvidas e das políticas internacionais de desenvolvimento controladas pelo e*stablishment,* para adotar uma série de 'boas políticas' [...] prescritas pelo Consenso de Washington" – políticas que, para ele, não foram as que os países desenvolvidos adotaram enquanto em desenvolvimento e não beneficiam os países que ainda

não atingiram certo nível de maturidade econômica. Ele critica que a história econômica segundo a visão ortodoxa não expõe que "virtualmente todos os PADs[1] usaram ativamente políticas industrial, comercial e tecnológica (ICT) intervencionistas para promover a indústria nascente durante o período de *catch up"* (CHANG, 2002, p.35) e, assim, através do FMI e do Banco Mundial estariam impedindo que os países em desenvolvimento hoje usassem das mesmas estratégias que outrora lhes foram úteis.

O Fundo Monetário Internacional surgiu como o centro do novo sistema monetário mundial e apresentava dois objetivos essenciais: auxiliar os países membros a eliminar ou reduzir desequilíbrios da balança de pagamento e propiciar a cooperação monetária transnacional, fornecendo a estabilidade ao sistema monetário indispensável ao comércio internacional. O FMI deveria assegurar a estabilidade entre moedas, gerenciando um sistema de taxas de câmbio fixas e mantendo reservas junto aos bancos centrais dos países membros em suas respectivas moedas nacionais. Além disso, era responsabilidade do Fundo conceder crédito aos membros – por curtos períodos de tempo e cuja quantia determina-se pela cota-parte do país junto ao Fundo, ou seja, "a contribuição financeira que cada país oferece para a constituição do capital disponível" (SEITENFUS, 2008, p.193). Os países que tomassem empréstimos do FMI deveriam, no entanto, aceitar as condições impostas pelo Fundo – utilizando os recursos da forma como lhes era prescrito.

> O Fundo condiciona a liberação de recursos à adoção de medidas de reforma estrutural dos países solicitantes. Trata-se dos conhecidos *programas de ajustes,* que definem a política orçamentária, a taxa de câmbio, a política comercial e os pagamentos externos.[...] O programa de ajustes do Fundo cria o *princípio da condicionalidade* que pode ser definido como *um vínculo imperativo que o FMI estabelece entre a ajuda concedida e a garantia fornecida pelo Estado-Membro solicitante em aplicar uma política econômica que resolva ou atenue seus problemas de pagamentos externos.* Os recursos financeiros contratados somente serão liberados caso as metas definidas sejam atingidas. (SEITENFUS, 2008, p.199).

Essas reformas são exigidas com o suposto objetivo de reorientar as economias nacionais para melhorar a eficiência das despesas públicas, garantindo que a dívida externa seja honrada e permitindo, assim, que as economias possam retomar seu desenvolvimento. As medidas demandadas pelo FMI acabam sendo desproporcionais, "onde o grau de submissão às diretrizes do Fundo é inversamente proporcional à fragilidade do demandante" (SEITENFUS, 2008, p.199). Dessa forma, os países menos vulneráveis são aqueles que

[1] Chang usa o termo PAD para tratar dos *países altamente desenvolvidos*, em geral localizados no eixo do Atlântico Norte e cujo desenvolvimento ocorreu anteriormente ao dos países emergentes – em especial aqui,

podem agir com maior autonomia dentro dos limites do FMI. As principais críticas ao Fundo se dão contra a socialização de prejuízos com o dinheiro de contribuintes e contra os modelos de mercado previstos pelas reformas monetárias, consideradas algumas vezes inadequadas pela inexistência de economias homogêneas – o custo social das medidas necessárias é alto e agravam as necessidades sociais dos países em desenvolvimento. Ainda, Hobsbawn (2007) condena a expressão do imperialismo presente nos objetivos do FMI, onde os países ocidentais pressupõem uma superioridade dos seus arranjos sobre os desenvolvidos pelos demais países, que devem abrir mão de suas políticas se optarem pelo auxílio do BM.

Nesse processo, o Banco Mundial (ou BIRD) representaria um organismo multilateral de financiamento à reconstrução e ao desenvolvimento social e econômico – facilitando o investimento privado com fins produtivos através da concessão de garantias e de complemento de fundos. O Banco apresenta um caráter ambivalente ao utilizar ao mesmo tempo técnicas de um banco comercial – por possibilitar acesso a recursos financeiros, cobrando juros e obtendo lucros que o sustentam – e, por outro lado, captar recursos financeiros no mercado privado de capitais e os disponibilizar aos membros demandantes menos desenvolvidos a juros preferenciais. Esse plano, no entanto, "foi inicialmente incorporado pela Guerra Fria [como] o Plano Marshall, anunciado em 1947, [que] forneceu aos Estados Unidos uma forma bilateral mais imediata de garantir estabilidade, investimento e reconstrução à Europa oriental" (WOODS, 2008, p. 236), transformando o BM em um banco voltado exclusivamente ao desenvolvimento.

Primeiramente apenas os governos dos Estados membros poderiam contrair empréstimos junto ao BM, mas empresas privadas e governos estaduais ou municipais passaram a poder candidatar-se a eles, devendo obter o aval e a garantia dos respectivos governos centrais. Essa foi uma das mudanças ocorridas nas instituições Bretton Woods, cuja atuação foi mudando e adaptando-se conforme evoluía o contexto mundial. O FMI também sofreu algumas mudanças em suas primeiras décadas de funcionamento. As crises de excesso de liquidez no sistema financeiro levaram os Estados Unidos a suspenderem a convertibilidade do dólar em ouro. O papel do Fundo de gerenciar câmbios fixos foi extinto e, em 1973, as potências industrializadas definiram um novo sistema monetário onde cada país poderia optar por políticas de câmbio flutuante, que dependessem da oferta e demanda no comércio internacional. O FMI passou a monitorar as políticas cambiais dos países membros e auxiliar na segurança de um sistema de taxas de câmbio internacional estável.

Essas modernizações das instituições se deram por diversos desafios que alteraram sua forma de atuação desde 1970. "Destacam-se as crises da dívida de 1980, o desafio de

transição das economias planificadas, as crises financeiras de 1990 e o longo desafio de facilitar o desenvolvimento nos países mais pobres e conflituosos do mundo" (WOODS, 2008, p.237). Sua estrutura também era relativizada em acordos como o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) e suas sucessivas rodadas de negociações multilaterais entre 1947 e 1995 que adotaram princípios que permitiam aos países em desenvolvimento a liberdade de moldarem suas próprias políticas, possibilitando em certa medida a customização e adaptação do capitalismo às diferentes realidades nacionais. O acordo acabou trazendo em si muito das revoluções de Reagan e Tatcher e buscando a economia de livre comércio, de força dos mercados e do então chamado neoliberalismo, diminuindo o papel dos governos em assuntos econômicos.

Tais transformações levaram ao aumento dos juros internacionais – devido a políticas contracionistas adotadas pelos presidentes supracitados – e, assim, à diminuição do crescimento dos salários e ao aumento da dívida. Essa conjuntura alterou o cenário internacional e levou à estagnação de muitas economias durante a década de 1980, afetando em maior medida os países periféricos e evidenciando a crescente interdependência da economia global. Também a expansão das fronteiras a partir do comércio, dos fluxos de capital – que causam a globalização financeira – e de investimentos externos intensificou tal interdependência, aumentando a participação dos países emergentes que antes não eram tão influentes nas movimentações da economia, o que ampliou a exposição dos países a eventuais choques externos, acentuando a necessidade por cooperação econômica e financeira internacionalmente.

2.2 SOBRE A GLOBALIZAÇÃO

Expostas as principais características históricas do sistema econômico vigente até o fim do século XX e também as peculiaridades do contexto institucional em prática no mesmo período, faz-se importante determinar as principais opiniões teóricas sobre o tema. De forma mais técnica, definem-se dois movimentos básicos como geradores da globalização: domesticamente a progressiva liberalização financeira e internacionalmente a crescente mobilidade de capitais – no entanto pretende-se focar menos em suas características que em suas consequências. Nesse aspecto, sabe-se que a economia a muito se vê dividida entre defensores da ortodoxia e pensadores heterodoxos, conflito que persiste com relação aos aspectos da economia global.

No debate atual da globalização econômica entre aqueles que defendem o livre mercado e o consenso de Washington e aqueles que veem papeis importantes para o governo e o setor privado, Stiglitz (2013) encontra-se entre os segundos, argumentando que no pensamento ortodoxo não há preocupação com equidade e o papel dos governos seria garantir infraestrutura física e institucional promovendo o desenvolvimento e um bom ambiente para os negócios. Essa divisão entre as diferentes perspectivas econômicas é destacada na maior parte dos textos que abordam este assunto, uma vez que o posicionamento é necessário para a defesa de políticas próprias de cada grupo. Os pressupostos da teoria de livre mercado – como a perfeita informação, o pleno emprego, concorrência e riscos de mercado – não estão presentes nas economias emergentes e por isso inviabilizam muitas vezes utilizar este pensamento no estudo deste grupo de países. Apesar de posicionado fora da teoria neoliberal, o autor explicita que os preconceitos adotados por essa escola não adequam-se especificamente ao assunto abordado (podendo ser mais útil na análise de países avançados).

Outra vertente de abordagem econômica é a pós-keynesiana, cujo elemento principal é o a indústria como motor do crescimento econômico. Para esses economistas, entre eles Kaldor (responsável pela definição dos fatos estilizados que definem a relação entre indústria e atividade econômica) "a indústria apresentaria particularidades importantes que a diferenciaria dos demais setores. [...] O aumento da demanda engendraria o aumento da produtividade da indústria de transformação, alavancando o crescimento do setor e da economia" (MORRONE, 2014, p.3). No contexto internacional, essa teoria foca em economias de escala, especialização da produção e ganhos de aprendizado ao longo do processo produtivo – ou seja, intrinsecamente já desconsidera o pleno emprego ou a informação perfeita presentes no discurso ortodoxo.

Rodrik (2012) complementa a crítica à ortodoxia ao abordar as lacunas presentes no discurso do livre comércio não só na esfera econômica, mas também quanto a suas implicações à justiça distributiva e às normas sociais. Ele também aponta que "contrário à sabedoria convencional, a integração econômica internacional continua muito limitada" (RODRIK, 2000, p.178) e não há exemplos de comércio livre de fato para servirem de modelo ou referência. As fronteiras nacionais, mesmo quando amparadas em menores barreiras formais ou tarifárias, ainda têm um forte efeito diminuidor de comércio – devido às diferenças culturais e linguísticas, incerteza da taxa de câmbio e outros obstáculos advindos de diferentes jurisdições políticas e legais. Mesmo assim, o autor fala que o ceticismo com relação ao comércio é muito difundido para ser desconsiderado – cada vez mais defendem-se barreiras que protegem empregos e economias nacionais.

O “outro lado” dos ganhos com o comércio seria a distribuição de renda: se algumas atividades se expandem e outras contraem, os grupos especializados nos setores que encolhem certamente sofrerão perdas não-transitórias, mesmo que encontrem outras funções posteriormente. Os defensores do livre comércio argumentam que qualquer perda existe apenas no curto prazo, mas há evidências que sugerem o contrário: não apenas alguns ganham e outros perdem, mas tal redistribuição excede o ganho líquido. Além disso, os países nem sempre partem de circunstâncias iguais: empresas estrangeiras em geral obtém vantagens competitivas não só por serem mais produtivas ou o trabalho ser mais abundante (e assim barato), mas também por diferentes instituições que criam fricções no comércio. Essas críticas ajudam a diferenciar o protecionismo puro de uma oposição legítima ao livre comércio. A oposição legítima, nesse caso, seria a que baseia em argumentos válidos (como os apresentados no texto) – o que poderia ser vinculado ao crescimento do leste asiático, por exemplo, e sua abordagem mais heterodoxa com a relação à abertura da economia.

Para que o livre comércio beneficie a sociedade como um todo deve ocorrer uma série de pré-condições – como liberalização completa, pleno emprego, ter um esquema compensatório para os possíveis perdedores, não haver efeito adversos ao balanço fiscal, entre outros que assegurem a sustentabilidade e a credibilidade do modelo – que mesmo quando presentes não garantem o crescimento da economia, mas um aumento da renda real agregada. Tais condições, como aponta Stiglitz (2002), em geral aprimoram-se mais de países centrais e “desenvolvidos” – cujas economias são mais maduras. Os países em desenvolvimento tendem, entre eles Coreia do Sul e Brasil na segunda metade do século XX, a apresentar economias instáveis que distanciam-se dos pressupostos (da base) de argumentos de cunho ortodoxo – assim, utilizá-los para compreender seu desenvolvimento não parece ser o mais adequado. Esse pensamento sustenta em parte a opção dos países citados pelo desenvolvimentismo apoiado fortemente pelo Estado, tornando necessária alguma elucidação sobre a opinião acadêmica a esse respeito.

2.3 A QUESTÃO DO DESENVOLVIMENTO

A atenção dos teóricos que estudam a globalização em geral se concentra em aspectos puramente econômicos, como o crescimento do PIB e os índices de comércio internacional. No entanto, com a abertura econômica dos países em desenvolvimento e as consequências práticas de menores barreiras ao comércio, aumenta a preocupação relacionada à *qualidade* da globalização e seus benefícios aos países que ainda não atingiram sua maturação econômica.

Stiglitz (2002) foca seu trabalho nesse grupo de países, destacando as disparidades entre diferentes países (e mesmo dentro de cada país) e apontando os riscos e oportunidades provenientes da globalização. Para o autor, a diferença entre países desenvolvidos e em desenvolvimento não é apenas de recursos, mas também – e principalmente – de conhecimento. "O milagre do Leste Asiático mostra que rápido desenvolvimento – e crescimento com equidade, onde pobres e ricos se beneficiam – é possível, mesmo sem pré-condições. Os fracassos nos demais países mostram que o desenvolvimento não é inevitável" (STIGLITZ, 2002, p.30).

Também para Amsden (2001) o conhecimento é uma questão fundamental dentro do desenvolvimento[2]. De fato, a autora define o desenvolvimento como uma evolução das habilidades exploradas em um certo país. Assim como Stiglitz (2002), ela discorre sobre a situação que os países emergentes, ou "o resto", enfrentaram para desenvolverem-se e em como ela difere da encontrada pelos países do Atlântico Norte quando os mesmos se encontravam em situação similar de desenvolvimento.

> Desenvolvimento econômico é o processo de transição de um grupo de habilidades baseadas em produtos primários, exploradas por mão-de-obra desqualificada, para um grupo de habilidades baseadas em conhecimento, exploradas por mão-de-obra qualificada. Essa transformação envolve atrair capital, físico e humano, da procura de aluguel, comércio e agricultura para a manufatura, o coração do crescimento econômico moderno. (AMSDEN, 2001, p.2-3).

A globalização, através do acesso a novos mercados e tecnologias, possibilita o crescimento das economias, mas é a habilidade de aproveitá-la e atrair tais recursos que garante o sucesso de cada país. O desenvolvimento requer não apenas visão e estratégia, mas a conversão de ideias em projetos e políticas. O que importa não é o ritmo das mudanças, mas a sequência de reformas – o que implica na necessidade de instituições públicas e privadas de qualidade, referindo-se a como as decisões são feitas e ao interesse de quem, ou seja, a "governança" do país. Nesse sentido, a obtenção de conhecimento garantiria um melhor uso das informações disponíveis, permitindo sua real aplicação nas indústrias e instituições nacionais e qualificando o desenvolvimento e o novo contexto de cada país. "Conhecimento é um insumo importante pelo difícil acesso, quer se 'crie' ou 'compre'. Diferente da informação, que é factual, conhecimento é conceitual; envolve combinações de fatos que interagem de formas intangíveis" (AMSDEN, 2001, p.3).

---

[2] O conceito de desenvolvimento ainda é muito discutido e há diversas abordagens para a palavra. No trabalho, o termo adotado é de cunho estruturalista, onde é possível mensurar o desenvolvimento observando a participação dos setores na construção do PIB e a forma como ocorre a mudança estrutural.

A autora qualifica “habilidades baseadas em conhecimento” como um grupo de aptidões que permite a quem possui produzir e distribuir um produto em ou acima de preços vigentes no mercado (ou abaixo dos custos de mercado). Tais habilidades devem ser administrativas e tecnológicas por natureza – expressas em um indivíduo ou empresa, dependendo da escala da planta física e da complexidade do processo de produção. Ela cita três capacidades base para tais habilidades: capacidade de produção (transformar insumos em produtos), capacidade de execução de projetos (expandir a capacidade) e capacidade de inovação (desenhar novos produtos e processos).

Para Amsden (2001), informação perfeita é concebível, mas conhecimento perfeito não o é por ser específico e mantido protegido para aumentar os dividendos tecnológicos. A própria natureza da tecnologia dificulta a aquisição do conhecimento – é impossível a documentação completa de suas propriedades, por serem tácitas e não explícitas e representarem as habilidades invisíveis de cada empresa. Tais habilidades são em geral protegidas por lei – por garantirem lucros extraordinários e até mesmo monopólios a quem as possui – e mesmo quando vendidas, sua transferência de uma empresa à outra depende da capacidade do comprador de absorver tais mudanças. Isso explicita uma dificuldade básica no desenvolvimento tardio dos países do resto: a falta de acesso a tecnologias essenciais no processo de *catching up* produtivo. Rodrik (2008), ainda complementa o motivo pelo qual as nações em desenvolvimento se mostram mais frágeis frente à integração econômica internacional, incrementando o debate do desenvolvimento e das barreiras que os países devem enfrentar para alcançá-lo.

> (1) nações em desenvolvimento precisam de capital estrangeiro para crescer. (2) mas o capital estrangeiro pode ser arriscado se não buscar políticas macroeconômicas prudentes e regulação criteriosa apropriada. (3) assim os países em desenvolvimento devem tornar-se mais vigilantes ao se abrirem aos fluxos de capital. (RODRIK, 2008, p.2).

Duas coisas podem ser feitas pelo ocidente para ajudar no processo de desenvolvimento: não desprezar a democracia – como acontece com a cláusula de condicionalidade do FMI, por exemplo – e reduzir as oportunidades de corrupção, aumentando a transparência. Chang (2008) também aborda as diferentes obrigações (e necessidades) entre países industrializados e em desenvolvimento. Ele comenta que hoje os países já desenvolvidos defendem e disseminam os valores de livre mercado, mas que quando estes estavam na posição em que os países emergentes se encontram hoje, os mesmos utilizaram políticas diferentes. “Esses países diminuíram significativamente suas barreiras

tarifarias entre as décadas de 1950 e 1970. Mas, durante esse período, eles também usaram várias outras políticas nacionalistas para promover o próprio desenvolvimento econômico." (CHANG, 2008, p.25).

Assim, Chang expõe uma característica importante do mundo globalizado: a questão do *timing* – países em momentos diferentes de desenvolvimento não precisam do mesmo grupo de políticas para continuarem sua trajetória. Ou seja, a consolidação de instituições internacionais que buscam alinhar os países do globo sob um mesmo conjunto de regras, como são o FMI e o Banco Mundial, fere a premissa básica de que cada economia nacional – única e singular – deve responder de uma forma particular mesmo quando o conjunto de medidas for comum a todos. Através de metáforas, como "um jogo de futebol com o campo inclinado" (as regras são as mesmas mas a dificuldade é diferente) ou como os países centrais "chutam a escada" que utilizaram no seu desenvolvimento (impedindo que os países emergentes utilizem-se da mesma política que eles no momento inicial) o autor destaca a injustiça intrínseca às relações econômicas – já abordada de diferentes maneiras pelos autores citados ao longo do texto.

3 O PÓS-GUERRA E AS POLÍTICAS NACIONAIS

Considerando o conhecimento imperfeito – pelos motivos apontados na metodologia – produtividade e qualidade passam a variar muito entre firmas da mesma indústria, especialmente entre diferentes países. O mecanismo de mercado deixa de determinar a competitividade, perdendo espaço às instituições que incentivam produtividade. Os governos das economias atrasadas, assim, devem decidir se abstém-se e deixam que os mecanismos de mercado realinhem suas economias (o *laissez faire*) ou intervém e tentam aumentar a produtividade através do Estado. Os países do Atlântico Norte, em sua vez, não passaram por essa escolha, uma vez que sua industrialização ocorreu em meio a uma onda de mudança tecnológica – a II Revolução Industrial – que atraiu o capital humano e financeiro necessários ao desenvolvimento dos países. Tendo sua industrialização ocorrido principalmente no pós II Guerra, período aqui enfocado, os países do "resto" também sofreram alguma influência de suas experiências anteriores. Amsden (2001) divide "a experiência manufatureira do pré-guerra [...] em três categorias não excludentes: pré-moderna, *émigré* e colonial", brevemente explicadas a seguir (AMSDEN, 2001, p.15).

A primeira advém de artesanatos manuais, a segunda do *know-how* transferido pelos emigrantes permanentes e a terceira de organizações que surgiram com laços coloniais formais. Essa experiência não é apenas um estoque de conhecimento, mas passa por filtros históricos e institucionais específicos. Os países que investiram em firmas nacionais tiveram experiências *coloniais,* ao passo que aqueles que atraíram investimento externo tiveram experiências *émigré* do Atlântico Norte. Com os movimentos de independência e descolonização do pós II Guerra, os países com experiências manufatureiras coloniais puderam nacionalizar, expropriar ou adquirir empresas estrangeiras; já aqueles com experiências *émigré,* com maior estoque de investimento externo e cujas manufaturas avançaram mais e aumentaram o mercado interno, atraíram mais investidores externos cujas firmas tenderam a expulsar as empresas nacionais. Já aqui os países estudados mostram diferenças em seu histórico: enquanto a Coreia do Sul teve uma experiência colonial, com o Japão atuando como a potência da região, o Brasil viveu um momento mais *emigré*, onde muito capital externo foi injetado na economia – advindo de países europeus e em menor medida dos Estados Unidos – e as empresas nacionais não tiveram muito espaço para desenvolver-se.

"Os setores primários do resto eram diversos – em termos de produto, como a produção era organizada e se os recursos eram igualmente distribuídos ou não" (AMSDEN,

2001, p.17). O Brasil se encontra entre os países com a distribuição de terra mais desigual e entre os mais igualmente distribuídos está a Coreia – cuja reforma agrária pós guerra criou uma das economias mais igualitárias do mundo (AMSDEM, 2001). Os países que investiram em empresas e habilidades nacionais tiveram distribuições relativamente igualitárias – após a II Guerra, maior igualdade incitou maior fluxo de recursos da produção primária para a manufatura e resolveu um paradoxo de políticas a favor da indústria, uma vez que a tendência é que o fluxo de recursos entre a agricultura e a manufatura dependa das taxas relativas de retorno (que favorecem a agricultura quando a distribuição de recursos é desigual). Grandes concentrações de recursos no setor primário também demandam capacidades de absorção de capital humano, recursos naturais concentrados e custos fixos de entrada para ser viável o aprendizado a respeito da manufatura. Nesses casos, as competências dos investidores no setor primário e terciário dificilmente serão equivalentes na manufatura, como exemplificado pelo Brasil.

Além disso, também os subsídios do governo podem ser concentrados em setores ou indústrias específicas ou difundidos na economia de forma geral, através de licenças industriais e padrões de performance. Paradoxalmente, os países "do resto" com distribuição de renda relativamente igualitária optaram pela concentração desses recursos, como foi o caso da Coreia do Sul, enquanto países mais desiguais, como o Brasil, adotaram abordagens que levaram à difusão do auxílio do governo na economia – não direcionando-o a questões estratégicas específicas. Esse e outros aspectos relacionados ao histórico dos diferentes países fez com que, por volta de 1950, a lacuna entre as capacidades das economias do Atlântico Norte e "do resto" continuasse aumentando e, na impossibilidade de competir, estes últimos optassem por soluções intervencionistas e institucionais, como os subsídios supracitados (AMSDEN, 2001). Essas e outras escolhas tomadas pelos países em desenvolvimento e suas implicações devem muito ao período em que se desenrolaram, ao contexto institucional da época e as suas características internacionais, políticas e econômicas. Assim, este subcapítulo faz um breve apanhado dos principais acontecimentos globais e da então situação dos países estudados, apontando peculiaridades em cada um que possam melhor embasar as hipóteses levantadas e sua construção, desenvolvida ao longo do texto.

3.1 DO PÓS-GUERRA AOS PLANOS DE DESENVOLVIMENTO

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e o início da Guerra Fria, os Estados Unidos focaram esforços na reconstrução da Europa devastada pela guerra e no combate à expansão

comunista. Essa manobra estratégica levou ao afastamento norte-americano na relação com a América Latina e a uma atenção, entre outras coisas, na Coreia – território dominado pelo Japão até 1945, quando o país foi derrotado na II Grande Guerra. A situação da Coreia só foi oficialmente resolvida após sua independência como república, com a Guerra da Coreia (1950-1953) e a divisão do território coreano no paralelo 38, quando a Coreia do Sul passou a obter apoio norte-americano, enquanto a Coreia do Norte alinhou-se à antiga URSS – remontando a ideologia da Guerra Fria em terras asiáticas. Nesse cenário de intensa mudança política, a Coreia do Sul se deparou com um período de extrema desorganização e estagnação econômica causada pela sua repentina separação da economia japonesa, pela partilha do país e pela súbita presença militar norte americana em seu território.

"Sob domínio colonial de 1910 a 1945, a economia coreana tornou-se altamente dependente do Japão por capital, tecnologia e gerenciamento [...] (fazendo com que) tal separação levasse à suspensão de muitas atividades produtivas no país" (FRANK JUNIOR; KIM; WESTPHAL, 1975, p.6). Além disso, também os recursos da Coreia dividiram-se com a separação: questões como energia elétrica, recursos minerais (os metais) e a indústria química estavam no Norte, deixando o Sul defasado, mesmo possuindo grande parte da indústria leve e da produção de maquinário. Por outro lado, do período de dominação japonesa "os sul-coreanos herdaram uma experiência de planejamento econômico centralizado que visava abastecer o mercado doméstico e o Japonês" (MASIERO, 2003, p.17) e, com o forte apoio dos EUA e a tensão política com a Coreia do Norte utilizados como instrumentos de mobilização nacional, aprofundaram-se na busca de crescimento econômico e autonomia.

Com a situação econômica desfavorecida, a Coreia do Sul obtinha forte suporte norte-americano – importando alimentos, financiando importações e através de programas bilaterais de assistência – e da Agência de Reconstrução da Coreia da ONU (UNKRA) que permitiram razoável recuperação da produção no pós-guerra. No entanto, a agravante situação social, a corrupção e a ineficiência do modelo de substituição de importações na criação de crescimento econômico levaram a manifestações que exigiam a resignação do então presidente Syngman Rhee e elegeram o primeiro ministro Chang My-on – que iniciou uma série de reformas de liberalização econômica visando reverter a estagnação da economia. "Infelizmente, a economia não respondeu a essas reformas e a insatisfação popular cresceu" (GRAHAM, 2003, p.14), causando maior instabilidade política e econômica e acarretando na tomada de poder pelos militares em 1961.

No Brasil, o Pós Guerra marcava o fim do Estado Novo, governo ditatorial de Getúlio Vargas (1937-1945), que legou além de uma nova constituição, a abolição de partidos políticos e eleições democráticas – posição autoritária que levou à forte pressão pela redemocratização, incitando o golpe que tirou Vargas do poder em 1946. Com esse rompimento, iniciou-se um período de crença nas virtudes do liberalismo político e econômico – coincidindo com a defesa, globalmente, dos princípios de Bretton Woods – que não persistiu à "escassez de dólares" e às sucessivas crises na balança de pagamentos nacional. Eleito novamente em 1950, Vargas tornou a adotar uma posição nacional-desenvolvimentista, ou seja, "uma ideologia de transformação da sociedade brasileira assentada em um projeto econômico voltado à industrialização como via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento" (FONSECA, 2001, p.3). Essa posição volta a economia brasileira "para dentro", no sentido de utilizar o crescente mercado interno como motor dessa transformação e de apostar na industrialização pela substituição de importações (ISI), ou seja, no esforço de desenvolver a indústria nacional para que esta passe a produzir internamente o que se importava do mercado internacional.

Esse período legou novas estruturas institucionais ao país, como o avanço no processo de industrialização, a expansão de investimentos em infraestrutura, a regulamentação do mercado de trabalho e a criação de estatais, órgãos, conselhos e institutos que intensificavam a intervenção do governo na produção industrial (FONSECA, 2003). Tal forma de governo – de caráter populista – em especial o brusco aumento salarial, combinado a novas dificuldades com o café e à democracia ainda incipiente, desagradavam os setores conservadores da sociedade. Estes, na forma da oposição, buscavam meios de obter o afastamento de Vargas e, apesar de terem seu pedido de *impeachment* rejeitado, intensificaram as pressões que levaram ao suicídio do presidente. Seu sucessor, eleito constitucionalmente, buscou solucionar a grave situação cambial através da Instrução 113 da SUMOC que facilitou a importação de bens de capital tão combatida no período Vargas. Este período viveu

> [...] um dos mais ortodoxos programas de estabilização da história econômica contemporânea, gerando ampla crise de liquidez e substancial elevação no número de falências e concordatas no primeiro semestre de 1955, além de significativa queda na formação bruta de capital fixo. Não fosse a curta duração do programa de estabilização, ter-se-ia registrado uma forte queda no nível de atividade industrial. (GIAMBIAGI et al., 2011, p. 19).

O resultado do programa de estabilização levou à troca do Ministro da Fazenda e ao novo plano de "instituir um mercado totalmente livre, unificando as taxas (de câmbio) e procedendo a uma razoável desvalorização cambial. [...] O FMI aprovou entusiasticamente o

projeto que reformulava o sistema cambial brasileiro," (GIAMBIAGI et al., 2011, p.19) mas este foi rejeitado pelo Congresso Nacional. Tal contexto e as preferências nacionais que expunha culminaram na eleição de Juscelino Kubitschek em 1955 e a volta da política brasileira ao formato desenvolvimentista.

A proeminência de modelos heterodoxos nesse período – reforçada pelas falhas das tentativas liberais – buscava, entre outras coisas, compensar a lacuna de capacidades e permitir a ascensão "do resto" de forma inovadora por fundamentarem-se, de forma geral, em um novo mecanismo de controle, ou grupo de instituições que disciplina o comportamento econômico: o princípio de reciprocidade. Nesse modelo, os subsídios governamentais eram alocados para tornar as manufaturas lucrativas, facilitando o fluxo de recursos de produtos primários para habilidades baseadas em conhecimento. A performance de quem recebia os subsídios era monitorada para padrões redistributivos e orientados a resultados – o que transformou a ineficiência associada à intervenção governamental em bem coletivo. A reciprocidade se refere ao auxílio estatal, na forma de subsídios, somente às empresas que auxiliem a economia nacional, na forma de resultados mais eficientes. Nos países estudados, esse mecanismo pode ser observado através das agressivas mudanças estruturais na economia e no estabelecimento de planos quinquenais de desenvolvimento econômico e social.

O primeiro líder militar sul-coreano foi o general Park Chung-hee, responsável pela maior importância do planejamento econômico na Coreia do Sul e pela criação de um Conselho de Planejamento Econômico (EPB).

> Em 1962, o EPB apresentou o primeiro do que seria uma série de planos quinquenais para o desenvolvimento da Coreia. Bancos estatais foram criados para ajudar na implementação dos planos de desenvolvimento do governo e leis foram aprovadas para efetivamente forçar os bancos privados a também se tornarem agentes dessa implementação. Ao longo dos próximos anos, o governo coreano se tornou, nas palavras do ex-membro do EPB e primeiro ministro SaKong Il, um 'agente de empreendedorismo'. Durante o primeiro e segundo planos quinquenais, o próprio governo estava envolvido nos compromissos industriais. (GRAHAM, 2003, p.16).

Frente a uma economia estagnada devido à instabilidade política e econômica que seguiu a tomada de poder, o governo adotou uma série de políticas monetárias e fiscais para revitalizar a economia. Assim, nos anos 60, mais de um terço dos gastos públicos eram investimentos, levando as empresas estatais coreanas a um crescimento anual de 10% entre 1963 e 1977, passando sua representatividade no PIB de 6% em 1963 a quase 10% em 1980. Esses números apontam a crença de Park no estado como agente dominante na economia. No entanto, o papel do governo como "agente de empreendedorismo" não se deu tanto através

das estatais, por mais relevantes que fossem, mas pelo direcionamento das atividades encabeçadas pelo insurgente setor privado. “Em seu cerne estava a política de subsidiar as empresas privadas que estavam aptas a alcançar crescentes níveis de exportações ou de substituir importações por produção doméstica” (GRAHAM, 2003, p.16). Os subsídios se davam por acesso preferencial a crédito estrangeiro ou à extensão do crédito doméstico pelos bancos coreanos – que se tornaram mais importantes nos anos 1970, com o foco nas indústrias pesadas e químicas.

O governo JK, no Brasil, voltava a focar em desenvolvimento econômico para auxiliar na transição do país de um passado agrário para um futuro industrial urbano – através de uma política de industrialização que resolvesse os problemas de um país populoso, com um grande mercado interno potencial e dotado de diversos recursos naturais. Para tanto, foram utilizados “pesados investimentos públicos e privados nos setores industrial e de infraestrutura econômica, reunidos no Programa de Metas” (GIAMBIAGI et al., 2011, p.28). O plano foi pensado por um Conselho de Desenvolvimento criado pelo presidente e constituído por grupos executivos, designados para formular, coordenar e implementar os programas setoriais do governo. As metas do Plano atingiam os setores de energia, transportes, indústrias de base, alimentação e educação.

> A análise do processo de industrialização brasileira remete sempre ao debate acerca do Estado e da presença do capital estrangeiro na industrialização substitutiva, assim como o favorecimento governamental de setores específicos. Essa estratégia teve como consequência o fortalecimento das empresas estrangeiras com relação às empresas privadas nacionais. Isso porque as taxas de crescimento mais altas ocorreram nas indústrias manufatureiras, em que dominava o capital estrangeiro. (GIAMBIAGI et al., 2011,p.49).

O Plano de Metas, no entanto, dividiu o papel de investimentos nacionais e estrangeiros, tornando-os complementares. “O aumento dos investimentos do Estado em infraestrutura e energia foi, em essência, financiado pelo BNDE, [...] que geriu e alocou recursos oriundos de incentivos fiscais e creditícios” (GIAMBIAGI et al., 2011, p.51). A taxa média de investimento público, nesses anos, foi cerca de 15,5% do PIB e os investimentos privados do setor industrial eram incentivados por políticas cambiais. Apesar de o Plano buscar privilegiar as empresas nacionais a partir de subsídios fiscais e creditícios, também incluiu as grandes empresas estrangeiras como agentes decisivos dessa ampla estratégia – essa abrangência e a consequente dificuldade na cobrança de resultados frente aos incentivos oferecidos representou um ponto de enfraquecimento do plano e de resistência no alcance dos objetivos definidos. O fim do governo Kubitschek e a conclusão do Plano de Metas

representaram o término de uma etapa de acelerado crescimento econômico – durante a década de 50 o PIB cresceu a uma média de 8,1% ao ano – e de diversificação da produção industrial, mas legaram um ambiente econômico de desequilíbrios externos, altos índices de inflação e deterioração dos indicadores macroeconômicos.

"A perda de dinamismo da economia decorreu em grande medida do término do grande bloco de investimentos associado ao Plano de Metas mas, também, das tentativas de estabilização dos dois governos que se seguiram" (GIAMBIAGI et al., 2011, p.29). Nesse sentido, Jânio Quadros tentou resolver os problemas herdados com medidas de cunho ortodoxo bem aceitas pelos credores brasileiros e pelo FMI, mas, sem base parlamentar de sustentação no governo, renunciou ao mandato em 1961. Seu vice, João Goulart, enfrentou forte oposição por ser considerado populista e pelas medidas contracionistas previstas no Plano Trienal – que objetivava conciliar crescimento econômico com reformas sociais e combate à inflação – levando-o a abandonar a tentativa ortodoxa. Esse fenômeno é chamado de estagflação, unindo uma economia estagnada a crescentes índices de inflação e agravando a oposição ao governo, levando à tomada do poder pelos militares através do golpe de 1964.

3.2 OS GOVERNOS MILITARES E OS PERÍODOS DE "MILAGRE ECONÔMICO"

Os governos do resto tenderam a ser autoritários logo após a guerra – a industrialização tardia em geral se deu com um plano de fundo de políticas antidemocráticas. No entanto, o estado desenvolvimentista era também tecnocrático e avesso ao risco – considerando que a probabilidade de instabilidade social cresce com a desigualdade, as políticas de difusão de subsídios aliam-se à existente desigualdade de renda. "Quanto maior a desigualdade, mais difusas as políticas e, assim, maior a dificuldade em criar líderes nacionais e com habilidades proprietárias, *cutting-edge*"(AMSDEN, 2001, p.19). Na Coreia do Sul, a industrialização foi acelerada com a rebelião de 1961 e a tomada de poder de um militar desenvolvimentista, Park Chung Hee. No Brasil, a abordagem das indústrias de base foi parte de uma extensa ideologia de desenvolvimento e modernização econômica que influenciou as alocações do governo a partir do fim de 1940, atingiu seu ápice com o Plano de Metas e continuou presente nos governos militares a partir de 1964. A sincronização da construção de instituições nos diferentes países e diferentes continentes sugere um momento único na história, definido pelos ventos de mudança da descolonização e a ascensão ideológica do planejamento de desenvolvimento.

Também como aspecto comum aos países do resto, durante certo período dentro da lógica desenvolvimentista, eles passaram por certa experiência liberal – buscando acertar preços de mercado e prevenir distorções de câmbio, foram criadas áreas de livre comércio onde os insumos importados não eram taxados desde que cem por cento da produção fosse exportada (AMSDEN, 2001). Tal experiência, no entanto, foi falha por beneficiar apenas os setores intensivos em trabalho das economias, visto que os demais (principalmente os manufatureiros) mantinham níveis de produtividade abaixo do nível global e, mesmo com salários baixos e sem impostos, ainda não eram competitivos. Nos casos estudados, as consequências de tentativas ortodoxas não foram aceitas e levaram ao descontentamento do povo, expresso em manifestações e, em caso extremo, na tomada do governo. Assim, na primeira metade dos anos 1960, tanto a Coreia do Sul quanto o Brasil haviam passado por momentos de certa liberalização da economia que não reverteram a estagnação da atividade econômica e, quando da tomada de poder pelos militares, estes se depararam com tarefas similares de revitalizar a economia e conter o avanço da inflação.

As primeiras realizações do governo Park, na Coreia do Sul, foram as reformas econômicas – orçamentária, tributária, do controle da taxa de câmbio e monetária. Leis foram criadas e revisadas para aumentar a receita tributária e, ao mesmo tempo, promover a poupança privada interna – essas preocupações aumentaram com a redução da ajuda estadunidense após 1960 que, combinada às políticas expansionistas do governo militar, diminuíram as reservas em moeda estrangeira do país. Como foi visto no plano desenvolvido pelo Conselho de Planejamento Econômico, cresceram os controles de importação na Coreia do Sul e os incentivos à exportação, à captação de empréstimos externos e de investimentos externos diretos. Como a poupança doméstica representava apenas cerca de 4.3% do PIB, foi o capital estrangeiro que financiou a grande onda de investimentos do período (FRANK JUNIOR; KIM; WESPHAL, 1975).

Enquanto o desenvolvimentismo brasileiro foi todo focado à substituição de importações, em parte devido ao enorme mercado interno, Park orientou a economia coreana às exportações. Essa diferença supria uma falha lógica do processo de industrialização por substituição de importações, adotado pelo Brasil: a alocação de recursos em atividades com desvantagens comparativas.

> Reconhecendo essa possível barreira, os planejadores da economia coreana dos primeiros anos do governo Park desenvolveram duas políticas. Primeiro, expandir exportações e não substituir importações recebeu maior prioridade. Assim, as indústrias nascentes mais nutridas pelo governo eram as que entregavam crescentes exportações. Segundo, complementando a primeira política, atividades que não

> produzissem os resultados esperados de crescentes exportações não eram salvas e falhavam, com surpreendente velocidade. (GRAHAM, 2003, p.18)

Essa rigidez no controle dos subsídios e a eficácia dos resultados difere a política coreana das de muitos países em desenvolvimento, incluindo o Brasil, onde incentivos do governo muitas vezes não dependiam de resultados práticos. Na Coreia, as consequências foram rápidas: no final dos anos 1950 as exportações representavam 5% do PIB coreano, transformados em 35% de um PIB muito maior em 1980. "Os empreendedores coreanos ou aceitavam os riscos exigidos para o sucesso na construção de novas áreas de vantagem comparativa ou falhavam em receber preferências disponíveis para firmas que atingiam as metas de exportação" (GRAHAM, 2003, p.18). As empresas que obtiveram sucesso durante essa política são, em sua maioria, as antecedentes dos *chaebols* – grandes conglomerados familiares – essenciais durante o milagre coreano. Outra medida positiva no governo Park foi buscar os coreanos mais bem sucedidos e fazê-los ajudar na construção de uma nova economia – através de doações ao governo. Tais empresários, entre eles Lee Byungchol da Samsung, também deveriam iniciar operações em novos setores e atividades selecionados pelo governo – o que funcionou devido ao receio dos empresários quanto às medidas de Park e ao entendimento de que, se jogassem conforme as novas regras, se dariam bem no novo regime.

Algumas firmas, principalmente no segmento têxtil, já cresciam mesmo antes do regime militar, baseadas na ajuda norte-americana, que aumentava sua produção e exigia, em retorno, a abertura de mercados – mesmo fechando o mercado americano para as exportações coreanas. Além desta política, também eram barreiras às exportações a falta de relacionamento com distribuidores internacionais e outros agentes necessários para alavancar o comércio internacional. Para superar esse impasse, o governo criou subsídios, redução de tarifas e outras medidas que permitiam aos produtos coreanos competirem no cenário externo. Mesmo que a performance das exportações da indústria têxtil e de outras indústrias leves tenham criado a primeira grande onda de crescimento na economia da Coreia, Park "sonhava com o período em que a Coreia seria uma grande produtora nos segmentos como aço, navios, veículos e máquinas pesados – produtos que associava à força nacional" (GRAHAM, 2003, p.21).

O crescimento destes setores pesados requereria altas taxas de formação de capital, financiadas por poupança doméstica ou por capital externo – essa dependência financeira permitiu ao governo um método potencialmente poderoso de guiar a atividade econômica, controlando o crédito de investidores externos às firmas coreanas e agindo como garantia

desse crédito. O poder de controlar quais firmas receberiam crédito estrangeiro foi empregado como ferramenta de política industrial e utilizado de forma extensiva nos anos 70, quando as empresas coreanas passaram a investir em atividades altamente intensivas em capital. Esse crescimento alavancou a poupança nacional de praticamente zero em 1960 para 20% do PIB em 1970, permitindo que uma crescente fração da formação de capital fosse financiada domesticamente. A Coreia se transformou em uma das nações com a mais alta poupança do mundo, diminuindo sua dependência financeira e permitindo que os setores que recebiam investimentos fossem determinados pelo governo, sem influência de credores estrangeiros. Tal período de crescimento é conhecido como "milagre do rio Han" e ocorreu devido à habilidade do governo de, desde 1963, aplicar e modificar adequadamente suas estratégias econômicas nos diferentes períodos.

Os planejadores coreanos temiam que tal crescimento não fosse sustentável e que as empresas coreanas perderiam vantagens comparativas nos setores que então exportavam com sucesso. "Nos próximos anos, o governo envolveu-se em uma experiência de políticas industriais de grande escala, com o objetivo de criar novos setores na Coreia nos quais as firmas nacionais fossem internacionalmente competitivas" (GRAHAM, 2003, p.25). Essa mudança na estratégia econômica coreana foi chamada de impulso para "indústrias pesadas e químicas" (sigla em inglês, HCI) e representou o domínio político sobre a economia em 1973, iniciando o período mais autoritário do governo. O Japão forneceu assistência financeira e técnica na criação de um moderno complexo de aço na Coreia, visando manter os acordos de 1965 que normalizaram a relação dos países. O impulso HCI efetivamente consolidou algumas indústrias pesadas na Coreia, mas criou também fraquezas, desequilíbrios e desigualdades – como a formação de grandes grupos empresariais, a consequente concentração econômica e o não desenvolvimento do setor financeiro, visto que os recursos focaram-se na indústria pesada.

No Brasil, o período militar iniciou-se com uma economia de perfil ortodoxo sob o governo do marechal Castello Branco, que buscava o combate gradual da inflação, a expansão de importações e a retomada do crescimento econômico – assumindo uma orientação restritiva devido aos desequilíbrios monetários e externos herdados do período anterior. Para tanto, o governo realizou, assim como ocorreu na Coreia, reformas econômicas de caráter estrutural nas áreas fiscal e financeira alinhadas a um plano de combate gradual à inflação, o PAEG. Na área fiscal o objetivo era aumentar a receita tributária, enquanto na área financeira buscava-se constituir um segmento de financiamento privado capaz de sustentar o processo de industrialização em curso – o que levou à criação do Banco Central do Brasil como executor

da política monetária e do Conselho Monetário Nacional, com funções normativas e reguladoras. Como consequência, essas reformas também ampliaram o grau de abertura da economia ao capital externo, de risco e de empréstimos – o que era visto como positivo para aumento da concorrência e eficiência do SFB.

> O Brasil de 1964-73 ilustra um caso de nítida ausência de correlação entre democracia e desenvolvimento e de alta correlação entre autoritarismo e reforma econômica. [...] O êxito da reforma no sentido de aumentar a carga tributária, bem como promover o desenvolvimento financeiro e econômico do país no período do 'milagre', deve ser creditado tanto à racionalidade das medidas quanto ao regime autoritário vigente. Dificilmente uma reforma regressiva e centralizadora como a de 1964-67 teria sido aprovada pelo Congresso e aceita sem resistências pela sociedade em um regime democrático. (GIAMBIAGI et al., 2011, p.50-55).

De fato, no período que se seguiu com os generais Costa e Silva e Médici percebe-se uma radicalização do regime autoritário. Tal período representa uma fase de crescimento vigoroso, acompanhado de queda da inflação e de melhora do balanço de pagamentos, conhecido como o "milagre" econômico brasileiro. Tal contradição macroeconômica foi justificada pela capacidade ociosa da economia, o controle do governo sobre preços e juros, a queda dos salários reais e a expansão da produção agrícola. A expansão do comércio mundial também atraiu capitais externos para o Brasil, uma vez que este apresentava perspectivas de crescimento e adotava então uma política conveniente à posição norte-americana na Guerra Fria. O aumento de empréstimos e IED, junto ao crescimento de importações e exportações, aumentaram a dívida externa e a dependência externa do Brasil com relação a bens de capital, insumos (em especial o petróleo) e nos setores industrial e financeiro. Tal dependência foi acentuada pela escolha brasileira de financiar o processo de ISI através do endividamento externo.

A vulnerabilidade do Brasil acentuou-se em 1973 com o primeiro choque do petróleo, que criou uma *restrição* externa para o Brasil ao comprimir sua capacidade importadora – tal déficit foi financiado, ironicamente, pelos próprios petrodólares atraídos pelos investimentos de risco do Brasil. Esse contexto leva o governo Geisel a implementar o II Plano Nacional de Desenvolvimento, que completa o processo de industrialização por substituição de importações – e leva ao crescimento do PIB e novas transformações na estrutura produtiva do país. "A ousadia do II PND [...] atendia, simultaneamente, ao projeto de desenvolvimento econômico e ao projeto político do governo" (GIAMBIAGI et al., 2011, p.82), de perfil moderado, progressista e liberal – que buscava institucionalizar o poder através de uma distensão lenta, gradual e segura do regime que levaria à redemocratização. O governo Figueiredo compartilha dessa visão e mantém, inicialmente, o crescimento do PIB, mas o

esgotamento do II PND, o II choque do petróleo em 1979 e a consequente alta dos juros internacionais acarretam aumento da inflação e deterioração das contas externas, levando a forte desequilíbrio fiscal e do balanço de pagamentos.

O empenho dos países em desenvolvimento direcionado à indústria de manufatura e como torná-la lucrativa reforçou o princípio da reciprocidade e sistematizaram a alocação de subsídios – que com a melhora da performance das indústrias foi migrando para pesquisa e desenvolvimento (P&D) na Coreia do Sul e, mesmo que de forma incipiente, para a indústria de mais alta tecnologia no Brasil. Essa estratégia fez com que

> [...] mais de um século de lento desenvolvimento [fosse] revertido e seguiu-se uma expansão sem precedentes da manufatura. Taxas de crescimento da produção e a produção de manufaturas *per capita* por décadas foram maiores fora do Atlântico Norte do que dentro dele. Entre 1960 e 1980, a taxa anual real de crescimento da produção de manufaturas do 'resto' foi cerca de 9%. As exportações na maioria dos países cresceram anualmente na área dos dois dígitos por quase 50 anos. Entre 1950 e 1973 a renda per capita dobrou em alguns países e quadriplicou em outros. (AMSDEN, 2001, p.11-12).

Apesar de todos os países do resto terem construído indústrias de média-tecnologia, alguns avançaram mais que outros em tornarem-se economias baseadas em conhecimento. Alguns países – como China, Índia, *Coreia* e Taiwan – investiram em habilidades nacionais de propriedade, que sustentaram a posse nacional de iniciativas em indústrias de média-tecnologia e o avanço para setores de alta tecnologia baseando-se em líderes nacionais. No caso da Coreia, o forte apoio norte-americano e a elementar preocupação com educação permitiram que, além de investimentos importantes, também uma mão de obra especializada fosse se desenvolvendo e, aos poucos, pudesse apoiar os esforços de desenvolvimento do país. Outros países, entre eles Argentina, México, *Brasil* e Turquia, aumentaram a dependência de seu crescimento futuro no *know-how* estrangeiro – o investimento externo foi predominante, mas estes não incluíam gastos locais em ciência e tecnologia. No Brasil, falou-se muito em *desindustrialização,* quando o setor industrial se viu novamente ameaçado pelo crescimento da produção agrária no país.

A escolha atribuída aos países do resto – entre *fazer* ou *comprar* tecnologia – não era tão clara: todos ainda compravam tecnologia estrangeira em quantidade e tinham que investir em engenharia adaptativa para que elas funcionassem. Os países foram se internacionalizando – empresas nacionais investiam no exterior ou engajavam-se em alianças estratégicas com empresas estrangeiras – mas acabaram divididos em "integracionistas", aqueles que buscavam copiar os investidores estrangeiros como estratégia de crescimento, e "independentes", os que visavam criar sistemas de inovação nacionais para permitir aos líderes habilidades baseadas

em conhecimento próprias. A diferença entre tais abordagens, ambas plausíveis e lógicas, dependia das duas forças mais importantes influenciando a transição da formação de habilidades em produtos primários para baseados em conhecimento: história (o tipo de experiência em manufatura) e distribuição de renda (a equidade em que os recursos eram divididos dentro do primeiro setor) (AMSDEN, 2011).

3.3 AS CRISES E A REDEMOCRATIZAÇÃO

A maior independência financeira na Coreia do Sul deixou nas mãos do governo o controle dos investimentos nacionais. Uma vez que a maioria dos bancos (e, assim, grande parte do setor financeiro) havia sido estatizado e, protegidos pelo governo, tomavam maiores riscos, as empresas coreanas obtiveram muitas dívidas em suas estruturas financeiras – muitas estando à beira da falência. Tal situação levou a Coreia a enfrentar uma crise de liquidez internacional em 1971, visto que muitas dessas firmas tinham grandes empréstimos estrangeiros. Com isso, o FMI forçou o governo a desvalorizar sua moeda, o que ajudou as exportações mas também escalou o valor da dívida externa. Assim, os investidores estrangeiros passaram a exigir mais garantias do governo em seus empréstimos, diminuindo o número de empresas que recebiam benefícios e selecionando-as, uma vez que o governo não tinha recursos para financiar todas as empresas ou garantir empréstimos externos.

Nessa situação, durante o impulso da indústria química e pesada, os empreendedores seguiam os setores subsidiados e levaram ao crescente número de *chaebols* – grandes grupos empresariais muito diversificados cujos baixos retornos eram compensados pelas vantagens governamentais por investir em setores considerados estratégicos.

> O tamanho dos *chaebols* e sua ampla diversificação em produtos não relacionados permitiram sua sobrevivência às dificuldades da industrialização tardia, penetrando inúmeros mercados externos e sobressaindo a necessidade dos grandes investimentos tomados por firmas multinacionais nas indústrias alvo. Apesar de a Coreia ter dependido fortemente de empréstimos estrangeiros, o país desfrutou de quase nenhum investimento externo fora dos setores intensivos em trabalho. (AMSDEN, 1989, p.9)

Com o tempo, foram os *chaebols* que entraram em setores prioritários, o que nutriu e ampliou a economia, gerando dois resultados principais: os grupos começaram a se parecer cada vez mais, operando nos mesmos setores, e os subsídios continuaram fluindo para estes grupos mesmo quando o condicionante para obtê-los – as menores taxas de retorno – desapareceram. De fato, tais conglomerados recebiam amplo suporte do governo, em parte

para evitar as perdas que acompanhariam o fim desses grupos. Os bancos eram obrigados a emprestar para empresas em dificuldades para impedi-las de congelar operações e demitir funcionários; sem abandonar completamente a ideia de deixar as empresas de baixa performance ruírem, visto que elas eram salvas mas por novos donos que poderiam recuperá-las. A falta de critério na oferta de subsídios e o menor controle da performance das empresas levou ao descontentamento da população, que via a renda nacional cada vez mais concentrada em poucas famílias, pertencentes aos *chaebols* e em geral próximas ao governo. "Enquanto em 1970 os 30 maiores grupos empresariais na Coreia controlavam 126 subsidiárias, em 1979 esse número cresceu a 429" (GRAHAM, 2003, p.39).

Essa percepção foi parte do que levou ao assassinato de Park em 1979 e, assim, o fim do período de HCI e de desenvolvimento da indústria pesada – que legou além de avanço industrial e elevadas taxas de crescimento econômico, grande concentração de renda e uma crescente dívida externa, que representava um risco financeiro. Já ao fim dos anos 1970, as exportações como parcela do PIB diminuíam, demonstrando que o crescimento da economia vinha de setores não prioritários. O próximo presidente, no entanto, o general Chun Doo-whan, manteve o autoritarismo do governo e levou ao aumento das manifestações sociais e da demanda por democracia – que só ocorreu em 1987 com promulgação do processo eleitoral. Em 1980, o governo implementava políticas de estabilização com o objetivo de controlar a inflação, o que demandou políticas fiscais e monetárias restritivas, entre elas o fim das vantagens concedidas aos *chaebols* – que contribuíram para a instabilidade do sistema financeiro sul coreano, uma vez que concentravam os empréstimos bancários a poucas empresas. Tal conjuntura não teve impacto imediato na economia, de modo que a década de 1980 foi um período de muito crescimento para a Coreia do Sul, que ainda obtinha bons resultados das políticas industriais e dos investimentos dos *chaebols* – encaminhando-se à recessão apenas na década seguinte. A lucratividade média dos trinta maiores *chaebols*, que era cerca de 10% ao início da década de 1980, caiu para 6% nos anos 1990 e menos de 3% ao fim da mesma década (EICHENGREEN; CHUNG, 2004), ao contrário das suas dívidas, que cresciam exponencialmente.

Esse desaquecimento da economia demonstrou que as oportunidades muito lucrativas de investimentos muitas vezes mascaravam possíveis distorções e dificuldades do ambiente empresarial sul coreano. "O problema viria à tona no momento de transição para um crescimento mais intensivo, mais dependente da produtividade e da capacidade de inovar" (GUIMARÃES, 2009, p.255), ou seja, quando da transição do eixo econômico nacional da indústria pesada para setores mais tecnológico-intensivos. Essas dificuldades, alinhadas à

recessão da economia, aos choques do petróleo e o aumento generalizado de preços, à quebra das safras agrícolas pelo frio e a instabilidade política, incitaram a realização de greves e protestos que instabilizaram a produção industrial. Além disso, a legitimidade do novo presidente, Roh Tae-woo, era questionada pelo seu histórico militar e pelo apoio que recebia do governo anterior. Por ser minoria na Assembleia Nacional, em 1990 foi estabelecido o governo de três partidos (junto à oposição) que preparou a Coreia para o primeiro presidente civil, Kim Young-sam, em 1992.

A crise asiática atingiu, em 1997, países que apresentavam estabilidade e crescimento há cerca de três décadas, sustentados pela expansão de investimentos e exportações. A crise contraiu a produção e os empregos, levou a dívidas – externas – insustentáveis e encaminhou o *boom* das economias ao *bust*. As economias asiáticas foram envolvidas no ciclo de expansão na liquidez internacional que expôs empresas e instituições financeiras ao risco cambial, apreciando as moedas frente ao dólar e diminuindo as rendas das exportações. As contas externas foram fragilizadas, aprofundando a dependência dos fluxos de capitais e alimentando o *efeito-contágio*, que tornou os mercados emergentes arriscados frente os olhos dos investidores internacionais. A crise evidenciou não só os elementos conjunturais, como uma série de fragilidades estruturais – referentes à incompatibilidade da regulação dos sistemas financeiros com a crescente internacionalização dos mercados de capitais. Não havia uma estrutura eficiente de regulação de mercados para atender à pressão internacional pela abertura dos mesmos e a mudança de políticas desenvolvimentistas para políticas liberais criou um ambiente institucional inadequado que distorcia os sinais de mercado.

As consequências principais da crise foram apontar a insuficiência da literatura convencional sobre crises financeiras, acelerar discussões sobre instituições e regulamentação do mercado financeiro e levar à percepção da necessidade de maior liberdade no exercício de estratégias de desenvolvimento – o que ampliou as críticas aos órgãos multilaterais, em especial o FMI, e incentivou esforços de institucionalização dos processos de integração financeira, como a rede de *swaps* cambiais em construção pelas economias da Asean, Coreia e China, com o apoio do Japão, que pode ser um embrião na constituição de um fundo monetário asiático. No caso coreano, Cunha (2004) enfatiza aspectos do processo da liberalização da década de 90, a aceleração do endividamento e as fragilidades específicas do sistema financeiro do país – que impediram o funcionamento das reformas anteriores à crise. A liberalização teria desmontado os mecanismos tradicionais de intervenção política sobre as forças de mercado – as quais viabilizaram o crescimento asiático – e criado um vácuo institucional que elevaria a vulnerabilidade econômica.

No Brasil, a economia se deparou com um período de crise ao fim da década de 1970, em parte devido à deterioração do cenário externo: com o II choque do petróleo em 1979 que causou a recessão dos países industrializados e o consequente aumento dos juros internacionais. Tal situação gerou racionamento de crédito estrangeiro e, "à medida que uma dívida externa alta demais impede a continuidade do financiamento externo, a única forma de financiar esse déficit é através do aumento do endividamento interno e/ou da emissão de moeda" (BRESSER-PEREIRA,1991, p.198). No entanto, o país também enfrentava, nesse período, o esgotamento do modelo de industrialização por substituição de importações e do II PND, viabilizado justamente pela estratégia de endividamento, o que levou à opção por emissão monetária e intensificou a crise fiscal com o aumento da inflação e a consequente deterioração das contas externas, desequilibrando o balanço de pagamentos. Esse contexto – conhecido como "crise da dívida" na América Latina e início do longo período de estagnação da economia Brasileira chamado de "década perdida" – levou o governo a implementar um modelo de ajuste recessivo na economia, com choques de oferta como a maxidesvalorização da moeda, o aumento dos juros internos, uma nova política salarial (indexada) e o aumento de alguns preços públicos para corrigir os preços relativos.

"Níveis de inflação altos e em aceleração, por sua vez, conduzem a um déficit público maior, à redução da taxa de investimento e à redução da eficiência do capital acumulado" (BRESSER-PEREIRA, 1991, p.198). Esses aspectos, junto à marcante instabilidade das políticas econômicas que buscavam corrigi-los, levaram às empresas (motores da possível recuperação econômica) à uma espécie de hibernação do ponto de vista produtivo.

> A adaptação a um tal ambiente implicava ineficiências, associadas, por exemplo, ao aumento dos custos requeridos para a preparação de linhas e máquinas, bem como à ampliação dos *overheads* administrativos. Isto sem falar nas ineficiências relacionadas com a precificação em condições de alta inflação. [...] A proteção concedida à produção doméstica apenas compensava ou viabilizava, em maior ou menor medida, a manutenção do peculiar arranjo de instituições e práticas imperante no Brasil. [...] Enquanto no mundo desenvolvido a renovação dos métodos de organização e gerenciamento, bem como novas técnicas produtivas, ganhavam vigor, aqui virtualmente cessavam as mudanças do lado real da economia. (CASTRO, 2001, p.4)

O mau momento da economia brasileira e a falta de dinamismo na atividade produtiva levaram a demandas maiores por democratização, pois "no imaginário de milhões de brasileiros [...] a democracia não apenas traria de volta as liberdades civis e políticas como, também, o fim da inflação, o retorno do crescimento e a sonhada redistribuição de renda" (GIAMBIAGI et al., 2011, p.98). No entanto, com as eleições indiretas e a repentina posse do vice de Tancredo, José Sarney, ainda sem ser escolhido pelo povo, apesar de sensível melhora

nas contas externas devido principalmente à mudanças do contexto internacional, conservava-se o principal problema da economia brasileira: a inflação. Do fim do regime militar até 1994, com o Plano Real e a estabilização da economia, o Brasil teve cinco espécies de moeda – por duas vezes resgatando a mesma moeda – cinco congelamento de preços, nove planos de estabilização econômica, onze índices de inflação, dezesseis políticas salariais, vinte e uma propostas de pagamento da dívida externa e cinquenta e quatro mudanças na política de preços (FERREIRA NETO, 2011).

De forma geral, eventualmente a superexpansão do governo levou às crises da dívida que abalaram a América Latina (1982) e o Leste Asiático (1997), afetando o Brasil e a Coreia do Sul de formas diferentes mas igualmente relevantes para a história (e o futuro) dos países. Em ambos os casos, a busca de empréstimos oficiais e as consequentes condições impostas pelo FMI agravaram as já deterioradas condições da economia. Aliada às dificuldades internas que os países enfrentavam, a conjuntura internacional intensificou a crise nessas regiões, principalmente pelos eventos ocorridos nos Estados Unidos. Durante praticamente toda a década de 1980, a era Reagan – e a maior liberalização dos mercados buscando impor um contraponto ao socialismo soviético em meio à Guerra Fria – adotou políticas fiscais expansionistas e monetárias contracionistas, ambas com consequências negativas para os países periféricos: enquanto as primeiras tiveram como resultado o aumento dos juros internacionais, as segundas proporcionaram uma desvalorização das moedas nacionais com relação ao dólar, aumentando a dívida real já contraída pelos países e dificultando a reestruturação de suas economias.

Tal recuperação se deu de forma diferenciada nas duas regiões por basear-se nos aspectos mais desenvolvidos de cada economia, citados anteriormente, e em suas peculiaridades – não cabendo seu aprofundamento no espectro deste trabalho. Com a trajetória de desenvolvimento dos países estudados apresentada, delimitada no tempo para melhor comparação e embasada por eventos históricos do cenário mundial, pode-se partir para a análise da estrutura econômica específica a cada país, em parte delineada pelos eventos expostos ao longo deste subcapítulo. Assim, o próximo capítulo aborda indicadores agregados das economias e sua evolução, realizando também cruzamentos de informações que permitam o esboço de uma análise preliminar que prepare os dados para a decomposição por setor e a apresentação da questão social, realizadas na sequência.

4 INDICADORES AGREGADOS E DECOMPOSIÇÕES

Com a trajetória histórica dos países explicitada, assim como suas principais características e as diferenças de políticas e enfoques adotados por cada governo, vê-se necessário abordar o resultado prático dessas ações. Assim, o presente subcapítulo deve apontar as situações econômicas do Brasil e da Coreia do Sul ao longo do seu desenvolvimento e, em alguns casos, ao fim do período, para se entender de fato a posição dos países economicamente. As variáveis calculadas foram definidas por representarem indicadores importantes de desenvolvimento e, em certa medida, permitirem a comparação dos países e a relação com a questão histórica e política desenvolvidas anteriormente.

Foi selecionado o período de 1970 a 2000, uma vez que representa os frutos das políticas do governo militar nos países estudados e, assim, apresenta resultados de ações tomadas ainda neste período. Apesar de no capítulo anterior não ter sido enfocado o fim da década de 1990, é importante abranger também esse período por apresentar a desenvoltura dos países durante e no imediato pós crise. Os dados foram extraídos principalmente das bases do Banco Mundial e da ONU, uma vez que só estas são abrangentes ao mesmo tempo com relação ao período estudado e aos países em questão, permitindo assim uma comparação mais apurada. Esta análise será feita, ao longo deste capítulo, em duas etapas: primeiramente, serão apresentados dados agregados que permitam uma visão geral das economias e como estas evoluíram ao longo do período estudado e então algumas variáveis serão decompostas para possibilitar a compreensão do papel de cada setor em tal evolução.

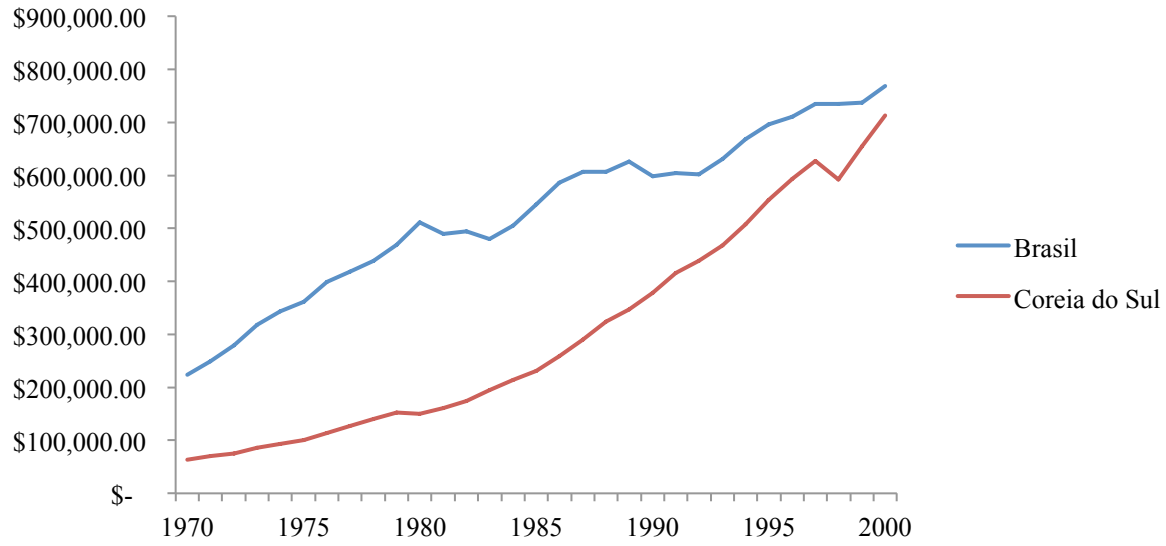
4.1 ECONOMIA AGREGADA

As variáveis agregadas permitem a compreensão da economia como um todo, uma vez que apresentam o resultado total de políticas e contextos, independente de sua estrutura. Assim, entende-se a conjuntura dos países estudados, ainda sem considerar que estas são constituídas de formas diferenciadas, o que será analisado na sequência. Os indicadores utilizados nesta etapa do trabalho foram os que definem, de forma geral, o desenvolvimento dos países: o produto total e per capita, reservas e comércio internacional. Entender a estrutura econômica dos países ao longo do seu desenvolvimento permite a melhor concepção das políticas adotadas e suas consequências – o que prepara o leitor para a decomposição da economia por setor, realizada no próximo subcapítulo.

4.1.1 Produto

O Produto Interno Bruto dos países é importante para avaliar sua performance econômica na medida em que caracteriza a soma do valor bruto adicionado pelos produtores nacionais na economia, ou seja, o valor de tudo que é produzido, ou transformado, dentro dos limites de cada país. O PIB indica não só o tamanho das economias como também sua capacidade de investir em certos aspectos nacionais, podendo exercer outros tipos de influência no sistema global não relacionados ao poder econômico. Maiores PIBs aumentam a capacidade dos países de resposta a eventos inesperados e sua flexibilidade com relação ao orçamento, permitindo eventuais alterações de planejamento. Assim, o gráfico abaixo apresenta a trajetória do produtos dos países no período estudado, medido em dólares constantes de 2005, permitindo uma visão geral de suas capacidades econômicas brutas.

Gráfico 1 - PIB Total (em milhões de US$ constantes em 2005)[3]



Fonte: UNSTATS (2015).

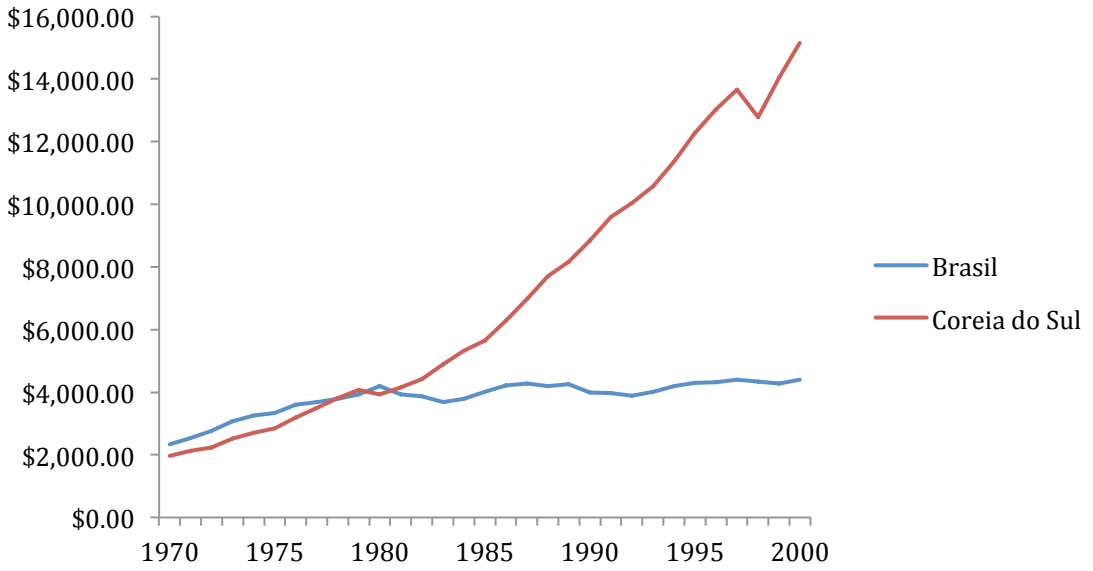
Tais dados apontam certa semelhança nas trajetórias dos dois países, que cresceram notavelmente ao longo desses anos. Ambos os PIBs apresentam rupturas no decorrer deste período, indicando as crises pelas quais os países passaram. O Brasil demonstra certa sensibilidade com relação à crise que vivenciou na década de 1980, a "década perdida", e novamente no início da década de 1990 – a recuperação de um crescimento sustentável ocorre

[3] O ideal, para desconsiderar os efeitos do câmbio nos valores do PIB, seria utilizar os dados em PPC (em paridade de poder de compra). No entanto, os mesmos não estão disponíveis ao longo de toda a série, o que levou à opção por dólares estadunidenses constantes.

cerca de 1994, período com destaque ao Plano Real que levou a maior estabilidade da economia. Com relação à Coreia do Sul, percebe-se um crescimento mais constante do PIB, com uma pequena queda ao final da década de 1970, quando ocorreu o assassinato do presidente Park que levou a maior instabilidade política e econômica, e uma ruptura maior na segunda metade da década de 1990, quando do estopim da crise asiática. Mesmo com essas questões, nota-se que o período foi de muito crescimento para ambas as economias – que quase quadruplicaram seu produto nos trinta anos estudados – refletindo o enfoque das políticas em desenvolvimento e industrialização e apontando o sucesso, em certa medida, dos esforços dos governos em alcançar os países já industrializados.

Apesar de importante na caracterização dos países, o PIB é um indicador incompleto, pois não mostra a qualidade do aumento da produção e nem permite a proporcionalidade do estudo, com relação às particularidades de cada país. O gráfico anterior, por exemplo, mostra a superioridade do PIB brasileiro com relação ao sul-coreano, mas não considera em nenhuma medida a sensível diferença entre as dimensões de ambos os países – apesar de sua efetividade em apontar a trajetória das economias e o incremento das riquezas nacionais de forma extensa. Para dar maior perspectiva aos valores do PIB, então, utiliza-se os valores per capita do produto – ou seja, os valores do PIB total divididos pela população de cada país, buscando um indicador mais ponderado e que represente valores adaptados às proporções demográficas.

Gráfico 2 - PIB Per Capita (em US$ constantes em 2005)



Fonte: Elaboração Própria (2015).

O PIB per capita apresenta um desenvolvimento semelhante ao PIB total com relação

às instabilidades presentes em sua trajetória. A década de 1980 ainda aponta a crise no Brasil e o fim da década de 1990 continua marcando a crise asiática, mas a relação entre os dois países agora é diferente. A semelhança dos valores referentes a cada país ao início do período, por exemplo, aponta que ambas as economias se encontravam em um mesmo nível de desenvolvimento – o que não era vislumbrado no gráfico com valores reais de PIB. O crescimento da Coreia do Sul, no entanto, se mostra muito mais acentuado que no gráfico anterior – aumentando quase oito vezes no período estudado – e com uma crescente diferença com relação ao produto brasileiro. Já para o Brasil, o PIB per capita se mostra mais constante, com uma melhoria mais branda nesses trinta anos do que era inicialmente conjecturado. Essa diferença entre os valores dos gráficos 1 e 2 aponta que o crescimento total era em parte mascarado pelo crescimento da população, que foi muito maior no Brasil do que na Coreia do sul. A diferença entre as posições dos países nos dois gráficos, por outro lado, aponta que a superioridade do PIB do Brasil em valores totais não é suficiente para superar a diferença de população entre os dois países, levando a Coreia do Sul a ter valores per capita muito mais elevados.

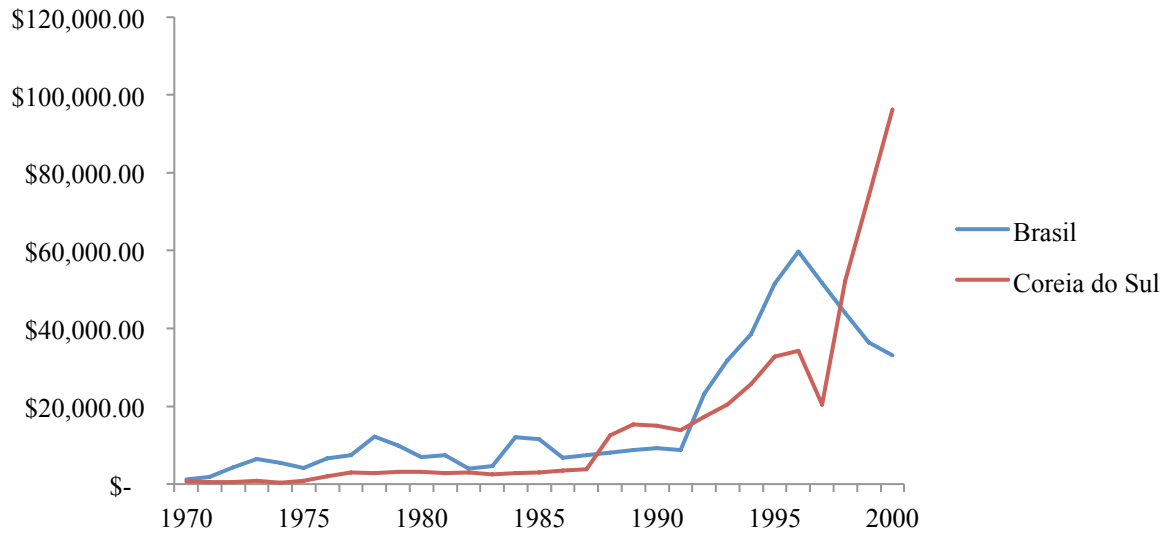
Conhecer o PIB permite compreender parte da situação econômica dos países, uma vez que é notável sua trajetória e o quanto esta evoluiu ao longo do período – em termos totais ou per capita. No entanto, ainda há outras variáveis que afetam o posicionamento das economias no cenário mundial e que refletem outros aspectos do seu desenvolvimento. Assim, para uma contextualização completa, serão apresentadas informações referentes às relações internacionais dos países, tais como a situação das reservas internacionais, os níveis de comércio, as exportações e importações, e a balança comercial.

4.1.2 Situação Internacional

O desenvolvimento dos países ocorreu, em grande medida, de forma concomitante à maior abertura comercial de suas economias. Ao longo do período estudado, não só houve melhoras de produtividade, crescimento do PIB, redução da lacuna entre eles e os países já desenvolvidos, mas também um aumento de suas relações formais com o resto do mundo – através do aumento do comércio e de maior interdependência: econômica, política e diplomática. Por isso, o aspecto internacional é muito relevante para a compreensão das estruturas nacionais no período estudado e será analisado no presente subcapítulo. Inicialmente abordam-se as reservas totais dos países, que representam parte dos ativos dos bancos centrais nacionais mantidos em diferentes reservas – ouro monetário, direitos

especiais, reservas do FMI por membros da organização e quantidade de moeda estrangeira – sob o controle das autoridades monetárias. Tal variável indica a capacidade dos países de reverter turbulências econômicas e de reagir positivamente a elas, diminuindo sua volatilidade na economia internacional. Altos níveis de reservas indicam maior autonomia e independência monetária, levando a maior proteção contra eventuais crises do sistema.

Gráfico 3 - Reservas Internacionais (em milhões de US$ correntes)



Fonte: World Bank (2015)

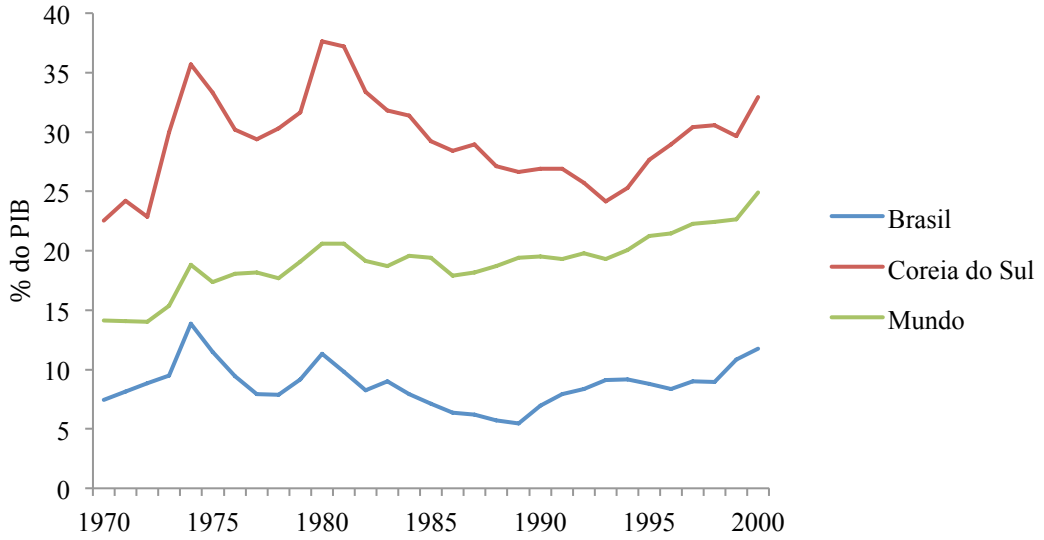
O gráfico aponta que o período inicial da série estudada – politicamente, todo o período de governo militar e suas ramificações em ambos os países – se desenrolou a níveis baixíssimos de reservas internacionais, quando comparado ao volume das mesmas ao fim do período estudado. Tais números são compatíveis com os dados históricos estudados, uma vez que ambos os países tiveram seus processos de industrialização fortemente amparados em capital externo, levando ao esvaziamento das reservas – mesmo com os crescentes empréstimos e investimentos externos diretos. Na Coreia do Sul tal situação iniciou-se com a diminuição da ajuda advinda dos EUA a partir de 1960 e das políticas expansionistas utilizadas pelo governo Park para aquecer a economia, mas manteve-se quando da necessidade de financiar investimentos para a criação da indústria pesada e química. No Brasil, a estratégia de industrialização substituindo importações sempre foi fortemente financiada por endividamento, tendo a abertura ao capital externo se intensificado, oficialmente, no governo JK em meados da década de 1950.

Essa situação das reservas em ambos os países até, pelo menos, o final da década de

1980, explicita grande dependência financeira externa e crescente vulnerabilidade dos países frente a instabilidades da economia global. No gráfico, é notável nos dois países o impacto negativo dos dois Choques do Petróleo, o primeiro em 1973 e o segundo em 1979. Ainda, percebe-se no Brasil diminuição das reservas no período da "década perdida", quando além da estagnação econômica o país de depara com o aumento dos juros internacionais – situação que melhora com o início da década de 1990 e o encaminhamento da economia para um período de maior estabilidade. A Coreia do Sul, também sensível, inicia a recuperação das reservas em meados da década de 1980, com o fim do governo militar e o reaquecimento da economia. Mesmo assim, só desponta em uma reta crescente após uma grave ruptura devida à crise asiática, mas que foi rapidamente revertida e permitiu que o país contornasse seu status e, ao fim do período, representasse um dos grandes credores do continente.

As informações referentes a reservas internacionais ajudam a compreender em alguns momentos as decisões dos governos. Além disso, também é interessante estudar suas causas e entender que para países que iniciam o processo de desenvolvimento, atrelado à abertura econômica, em um contexto onde a principal moeda internacional é o dólar – cujo valor é superior ao das moedas locais – manter altas reservas em um período de forte investimento é praticamente inviável. Assim, é compreensível o estado das reservas no início do processo de industrialização e também a recuperação das mesmas no momento em que os países passam a prosperar na economia global, com maior estabilidade e produções de maior valor agregado. Dessa forma, a recuperação dos níveis de reserva durante a década de 1990 pode ser vista como um componente importante na definição de desenvolvimento dos países em questão e de sua aproximação aos países do Atlântico Norte – agindo até mesmo, no caso da Coreia do Sul, como credores desses em alguns momentos. Para ter uma visão completa do posicionamento global dessas economias, no entanto, ainda é necessário abranger aspectos relacionados ao comércio externo das mesmas, variável mais dinâmica da economia, cujos dados são apresentados a seguir.

Gráfico 4 - Trajetória das Importações



Fonte: World Bank (2015)

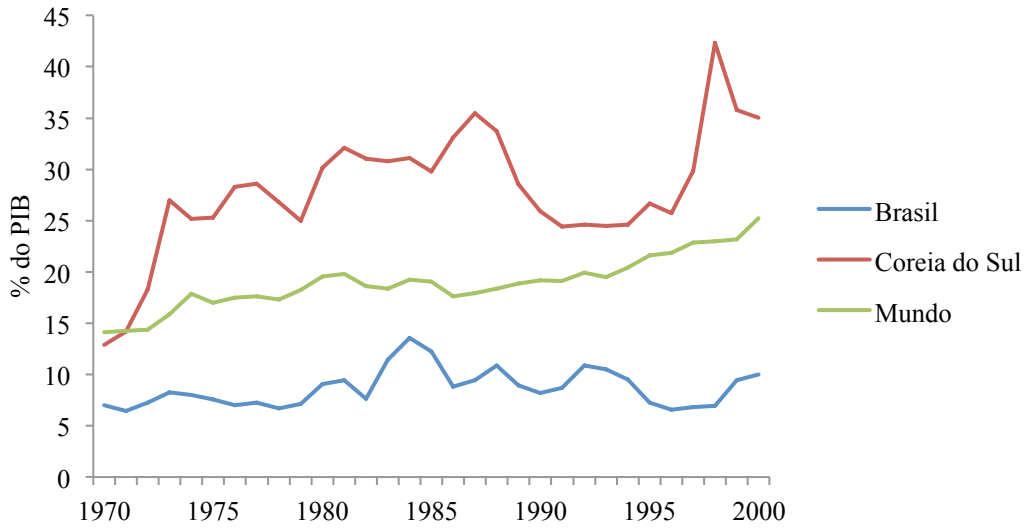
As importações de bens e serviços são necessárias na caracterização dos países por determinar o quanto do seu produto disponível tem origem externa e, assim, apontar certa dependência externa do seu consumo. Os dados utilizados são referentes às importações em porcentagem do PIB, visando um resultado mais proporcional – uma vez que já foi vista a diferença entre os PIB totais dos países em questão. Os valores referentes ao comércio mundial foram incluídos no gráfico a nível de comparação, para permitir uma visão mais abrangente da economia global. Considera-se importante destacar que são vários os determinantes dos volumes de importação de cada país. No caso da Coreia do Sul, muito é importado devido ao tamanho do seu território e à falta de recursos naturais, energéticos e até mesmo de terras para a agricultura. Mesmo enquanto o governo sul coreano esforçava-se na ampliação das exportações, muitos dos insumos e componentes tecnológicos ainda deveriam ser importados. Mais que isso, os dois países utilizaram muita engenharia reversa e adaptativa em sua industrialização, ou seja, buscavam desconstruir tecnologias já existentes para compreenderem seus mecanismos e poderem montá-las, adaptando-as, nacionalmente – o que implica certo nível de importações no primeiro momento. No Brasil, apesar desta situação, ainda destaca-se o objetivo de industrialização por substituição de importações até 1979, que em certa medida suavizou os volumes importados pelo país.

Analisando o gráfico acima, percebe-se que este se mostra muito mais instável que os anteriores, que ilustram os PIB nacionais. Isso ocorre devido à característica específica das importações de estarem fortemente atreladas a variações na economia mundial. Por exemplo,

é claro o impacto dos dois Choques do Petróleo nas importações de ambos os países – em 1973 e novamente em 1979 – cujo aumento generalizado dos preços leva as importações a representarem uma maior porcentagem do PIB. Esse tipo de influência, assim com possíveis aumentos de juros internacionais ou mudanças nas taxas de câmbio relativas ao dólar, eleva a porcentagem do PIB que as importações representam sem necessariamente alterar seu volume total. Além disso, percebe-se certa neutralidade no crescimento das importações ao longo do período, mas sabe-se seu real valor é crescente, uma vez que a mesma porcentagem do PIB representa um valor total muito maior ao fim da série do que em seu início. Ainda, nota-se que o Brasil importa menos que a média global enquanto a Coreia do Sul se mostra acima da mesma durante todo o período, o que é parcialmente explicado pela diferença de recursos nos dois países.

A seguir, são apresentadas informações referentes às exportações de cada um dos países, visando compreender o quanto de sua produção é direcionada ao mercado externo.

Gráfico 5 - Trajetória das Exportações



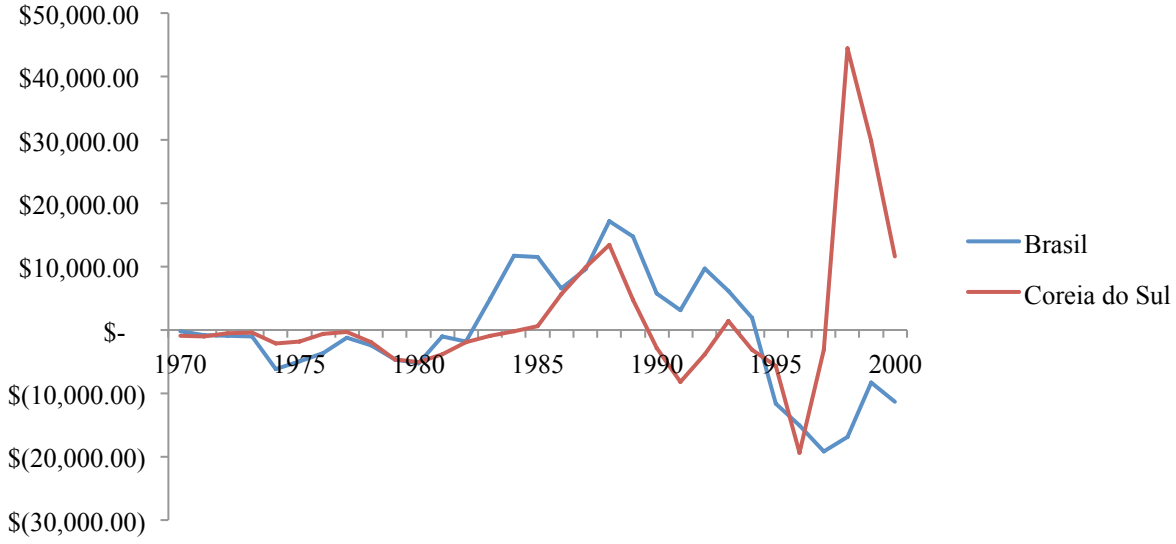
Fonte: World Bank (2015)

Os volumes exportados pelos países também constam, aqui, como porcentagem do PIB, com o mesmo objetivo de manter os valores mais ponderados ao tamanho das economias. A década de 1970 já aponta os resultados da orientação às exportações da economia coreana, sob o governo Park, quando a condição para as indústrias receberem subsídios eram níveis crescentes de produtos exportados. Essa política foi o que levou a Coreia do Sul para cima da média exportada mundial, onde o país permanece até o fim da série estudada. Já o Brasil, que teve seus esforços de industrialização focados em substituir o

que era importado, não apresenta volumes tão elevados de exportações – uma vez que a produção do período era mais direcionada ao mercado interno do que ao exterior. A grande quantidade exportada pela Coreia do Sul auxilia na crescente obtenção de reservas internacionais ao fim do período, como visto no gráfico 3, uma vez que provoca maior influxo de moeda estrangeira.

Esse cruzamento de diferentes dados permite melhor uma compreensão do quadro econômico geral de cada país. Nesse sentido, também considera-se importante comparar valores importados e exportados, para entender a real situação do comércio internacional em cada país – ou seja, se no fim das contas seu desempenho absorve ou aloca moeda na economia global, se suas compras são sustentáveis pelas vendas ou não. Como citado anteriormente, as exportações geram a entrada de moeda estrangeira nas contas nacionais, enquanto as importações devolvem parte delas de volta ao exterior. Esse saldo é analisado através da balança comercial, cujas informações são expostas a seguir.

Gráfico 6 - Balança Comercial (em milhões de US$ correntes)



Fonte: Elaboração Própria (2015)

Assim como os valores referentes às reservas internacionais, o saldo da balança comercial é contabilizado em valores totais em dólares, uma vez que, por se tratar de uma subtração, não tendencia o gráfico de acordo com diferenças na estrutura dos países. Fica claro com os dados apresentados que ambos os países desenvolveram-se com sua balança comercial inicialmente negativa. Isso explica-se, em parte, pelos dados históricos apresentados ao longo do trabalho. A Coreia do Sul, por concentrar esforços na exportação e

na construção dos setores de indústria pesada e química, importava insumos de valor agregado elevado que serviram de base para tal expansão de atividades. Da mesma forma, mas com relativa menor tecnologia, a substituição de importações no Brasil também demandou um conhecimento e produtos importados que permitiram a engenharia reversa no país – enquanto as exportações ainda eram principalmente de produtos primários.

Ainda, algumas especificidades são percebidas: ambos os países apresentam sensível melhora no saldo da balança de pagamento com o fim dos períodos militares, por volta da década de 1980, e com consequente maior abertura comercial. Além disso, a década de 1990 volta a expressar valores negativos, o que se deve principalmente à situação das contas nacionais e à não sustentabilidade do modelo de desenvolvimento – que levou às crises da dívida observadas nos dois países. A Coreia do Sul, no entanto, conseguiu reverter essa situação com a recuperação da crise e a maior liberalização da economia, que levaram à volta de valores positivos na balança de pagamentos, enquanto o Brasil apresentou valores negativos até o fim da série estudada. Observando os gráficos comparativos referentes à balança comercial, às reservas internacionais e até mesmo ao PIB per capita, percebe-se que até certo momento os países possuíam características que evoluíam de forma parecida – demonstrando a semelhança entre ambos os níveis de desenvolvimento. Por volta da década de 1980, no entanto, essas trajetórias foram distanciando-se e a lacuna entre Brasil e Coreia do Sul foi tornando-se mais visível.

Ao fim do período estudado, a Coreia do Sul já apresentava PIB per capita quase quatro vezes maior que o do Brasil, reservas cerca de três vezes mais representativas e a balança comercial permanecendo positiva. Tais informações permitem interpretar que as políticas adotadas pelo governo sul coreano e o foco de seus incentivos e ações foram mais adequados no desenvolvimento da economia nacional do que as realizadas pelo governo brasileiro. No entanto, tais indicadores representam muito mais uma contextualização global dos países, em suas relações econômicas e nas contas nacionais, do que descrevem questões internas de cunho qualitativo. Nesse sentido, para compreender em que medida tal desenvolvimento realmente ocorreu e se de forma sustentável, o próximo subcapítulo emprega a decomposição das economias – visando a compreensão da participação de cada setor nos resultados obtidos e de que forma aspectos históricos e políticos contribuíram para cada estrutura encontrada.

4.2 ESTRUTURA E DECOMPOSIÇÕES

Decompor os indicadores já apresentados significa compreender sua estrutura, a forma como são compostos e, assim, o significado dos resultados obtidos. Para tanto, são apresentadas as estruturas do PIB, das importações e das importações no ano de 2000, fim da série estudada – para depois de entendido a trajetória dos dados, poder-se visualizar sua construção estática do momento final desse crescimento. No segundo momento, o crescimento do PIB é decomposto por contribuição setorial em três diferentes períodos, permitindo a observação gradual da percentagem do crescimento do produto que é atrelada a cada atividade. Além disso, também são apresentadas as estruturas do crescimento dos PIBs dos países separadamente, possibilitando sua compreensão a cada período e, assim, traçando a evolução de cada economia nacional. Para desenvolver tal análise, foram usados dados provenientes das bases do Banco Mundial e estatísticas da ONU e técnicas de decomposição cujas particularidades são explicadas ao longo do texto.

Ao apresentar a estrutura das variáveis e a decomposição do crescimento do PIB, busca-se entender a interação entre agricultura, indústria e serviços e como estes setores afetam e estimulam o desenvolvimento dos países. A atividade agrícola, por exemplo, já foi vista como elemento passivo da economia, mas percebeu-se que "a modernização industrial encontraria suas origens na contribuição da agricultura no desenvolvimento econômico." (SOUZA, 2012, p.202). Esse encadeamento ocorre pela migração da mão de obra entre estes setores, pelo fornecimento de matérias primas e alimentos para o setor industrial, pelas divisas estrangeiras que a exportação de produtos agrícolas gera e que permitem o financiamento do desenvolvimento, pela transferência de poupanças e pela constituição de mercados para bens manufaturados. Além disso, se investido no aumento da produtividade da agricultura, a economia encaminha-se para menor migração entre os setores e, assim, melhor distribuição de renda e redução da pobreza – o que afeta a performance das outras atividades, assinalando sua interatividade.

> Menor dinamismo de crescimento de um setor, em virtude de fatores conjunturais adversos, ou por falhas da política econômica, tem repercussões negativas no desempenho dos demais setores. [...] À medida que se intensificam as relações de interdependência entre os setores agrícola e industrial, a expansão de um deles fica condicionada ao desempenho do outro. [...] À medida que a agricultura responde às sinalizações do mercado e adota inovações tecnológicas, essa interdependência tende a aumentar ainda mais. (SOUZA, 2012, p.224-225).

Mesmo assim, a indústria ainda tem a maior influência no desenvolvimento dos países, uma vez que "a redução do crescimento do setor industrial afeta o crescimento

conjunto da economia nacional, tanto por esse setor ter grande peso no total, como por seus efeitos de encadeamento sobre o emprego, renda e produtividade." (SOUZA, 2012, p.258). Além disso, os estruturalistas afirmam que "existe uma tendência decrescente nos termos de troca, prejudicando regiões especializadas em produtos primários" (MORRONE, 2014, p.6), ou seja, o setor industrial seria o indutor do crescimento econômico via economias de escala estáticas e dinâmicas[4], por possibilitar a independência nacional dos países e menores pressões na balança de pagamentos.

A importância dos serviços e de sua melhoria tecnológica e produtiva se dá muito no sentido de diminuir a vulnerabilidade das economias, através do fortalecimento concomitante dos setores e sua maior integração, diversificando a produção nacional e expandindo a rede de atividades econômicas (SOUZA, 2012). Por não se tratar de bens e, assim, ser mais intangível com relação à produção e volume, os serviços ainda dividem as opiniões econômicas entre quem acredita que este setor depende da produtividade industrial e quem o vê em um papel mais ativo na economia. De fato, considerando a vertente estruturalista, os serviços poderiam liderar o crescimento por serem cada vez mais *tradables* e, assim, apresentarem economias de escala cada vez mais dinâmicas. "As atividades de serviços poderiam desempenhar um papel ativo ou passivo no processo de crescimento. Torna-se importante diferenciar o setor de serviços *high tech*, altamente produtivo, do setor de serviços de baixa produtividade, predominante em países de renda média" (MORRONE, 2014, p.8). Esse tipo de diferenciação é o que caracteriza e distingue o desenvolvimento dos países em termos gerais e o que justifica os esforços de, neste subcapítulo, desmembrar as diferentes variáveis e decompor o crescimento do PIB para entender sua composição setorial.

4.2.1 Estrutura das Variáveis

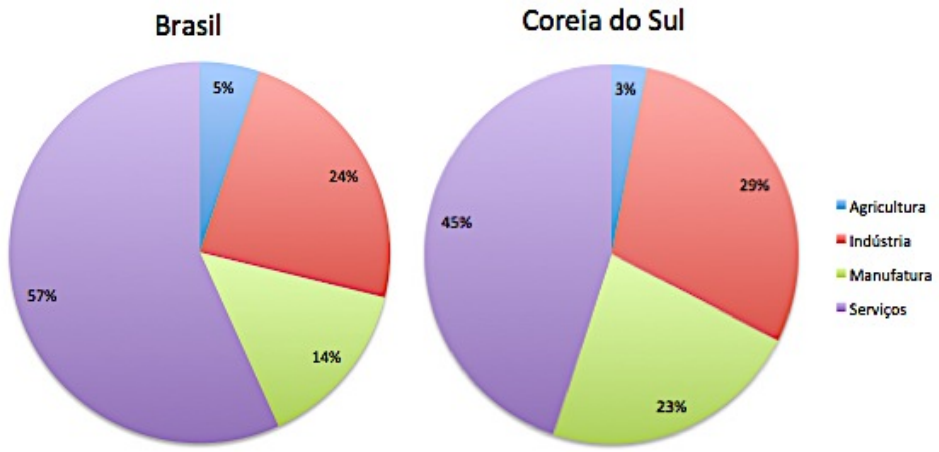
Como já foi dito, os valores agregados apresentados anteriormente se tornam muito mais ricos quando complementados por dados relativos a sua estrutura, à forma como é composto por parcelas de diferentes frações da economia. O presente subcapítulo aborda variáveis cuja trajetória ao longo do período estudado já foi apresentada, mas as expõe de forma diferenciada: estaticamente, ao final da série analisada[5]. Assim, dados do PIB,

[4] Economias de escala estática são uma função do tamanho de cada mercado, enquanto as economias de escala dinâmicas provém do processo de especialização em *learning by doing*, o aprendizado prático dos trabalhadores.
[5] O ano de 2000 foi analisado estaticamente como um exemplo para apontar as diferenças estruturais entre os países e apresenta peculiaridades do período que não caracterizam a série como um todo.

importações e exportações de 2000 serão desmembrados para entender sua composição e a forma como a evolução mostrada anteriormente moldou sua estrutura.

Os primeiros dados disponibilizados são referentes aos valores de PIB e, assim, caracterizam a composição de cada produção nacional e permitem uma comparação qualitativa dos países estudados. Nessa primeira etapa, os valores referentes à indústria são divididos para a melhor visibilidade dos resultados obtidos: as manufaturas, maior parcela dos bens industriais, ficam separadas do que consta como "indústria", que é principalmente atividades de mineração e construção. Essa divisão não é modificada posteriormente e, na análise do crescimento do PIB, no próximo subcapítulo, as manufaturas voltam a ser incorporadas à "indústria".

Gráfico 7 - Estrutura do PIB em 2000



Fonte: World Bank (2015)

Com os valores do produto devidamente alocados, dessa vez sem considerar o valor total da produção, percebe-se que o PIB da Coreia do Sul compõe-se por atividades com valores adicionados mais elevados, uma vez que mais da metade da sua produção advém da indústria e de manufaturas – o que é condizente com o impulso à indústria química e pesada encabeçado pelo general Park. Nos dois países a participação de serviços no PIB é bastante expressiva, mas é clara a diferença intrínseca entre eles nesse setor.

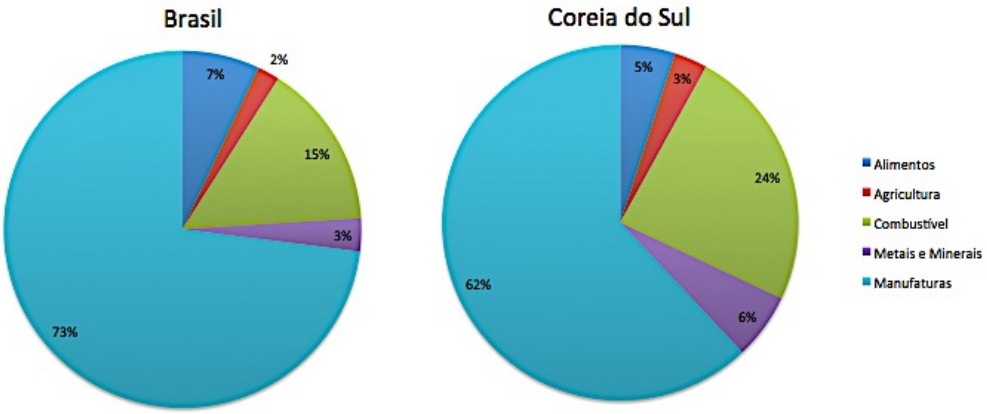
> Os serviços também adicionaram à produtividade nos países de rápido crescimento: como a indústria, o efeito direto foi negativo, mas a contribuição em realocação foi positiva no Sudeste Asiático. Nos demais países, a contribuição direta dos serviços foi negativa com modestas contribuições positivas de realocações. (OCAMPO e RADA, 2009, p.44).

Os países asiáticos, entre eles a Coreia do Sul, conseguiram investir em serviços e torná-los mais produtivos. Um meio para atingir esses resultados superiores aos demais países, nesse setor, foram as políticas de capital humano e educação na política industrial – o planejamento da força de trabalho disponível e a regulamentação de licenciamentos e investimentos externos buscando maximizar a difusão da tecnologia. Esses países, incluindo a Coreia do Sul, "empenharam-se seriamente em aprimorar a base de qualificação e a capacidade tecnológica do país mediante subsídios à educação, ao treinamento e à P&D." (CHANG, 2002, p.93) e, assim, aumentaram a intensidade tecnológica dos serviços e sua qualificação em geral frente à oferta internacional – tornando-os relativamente mais produtivos.

Os demais setores também demonstram diferenças no desenvolvimento de cada economia. No Brasil a agricultura é mais expressiva e a indústria e a manufatura representam menores parcelas na formação do PIB, enquanto na Coreia do Sul se vê os reflexos de uma industrialização mais agressiva e em setores mais selecionados – observado na superioridade dos valores coreanos referentes à manufatura, com relação ao equivalente no Brasil, onde os valores da indústria são elevados pela atividade de construção. Como os dados apresentados são estáticos, não é possível, através desse gráfico, obter uma visão da evolução desses setores em cada economia – questão que é resolvida no próximo subcapítulo.

No entanto, aliando as informações apresentadas ao histórico dos países, nota-se que a transformação da economia da Coreia do Sul foi mais intensa e que, mesmo com sua indústria representando pouco mais do produto do que o equivalente no Brasil, sua produção é muito mais elaborada. Enquanto os esforços sul coreanos criaram indústrias químicas e pesadas, a industrialização por substituição de importações no Brasil não alcançou setores mais intensivos em tecnologia, o que diferencia intrinsecamente a indústria brasileira e sul coreana em 2000. A seguir é feita a análise da configuração das importações de cada um dos países, no mesmo período anteriormente analisado.

Gráfico 8 - Estrutura das Importações em 2000



Fonte: World Bank (2015)

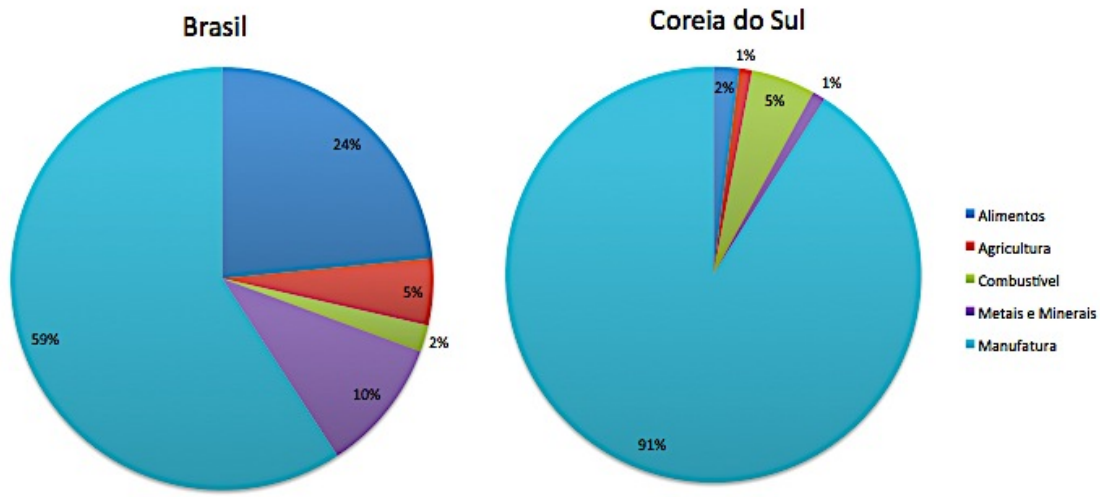
Destrinchar as importações permite uma visão sobre a forma de "dependência" que cada país tem com o mercado internacional. Assim como ao tratar do PIB, os setores são repartidos na caracterização das importações e exportações. A agricultura se divide em "agricultura", ou os produtos agrícolas não industrializados, que são comprados ou vendidos de forma "crua" e alimentos, que são esses produtos já processados e mais próximos do consumo final. A indústria é partida em combustível, sem diferenciação entre se já refinado ou não, metais e minerais e manufaturas, os produtos industrializados em si. Não há dados com relação ao comércio exterior de serviços, uma vez que sua quantificação não é clara – os serviços são adquiridos através de meios que impedem a localização exata de vendedores e compradores.

Mais uma vez as estruturas têm algumas características semelhantes, como o alto volume de manufaturas importadas. No entanto, assim como com relação ao PIB, a intensidade tecnológica destas varia entre os dois países, uma vez que suas produções próprias os suprem de formas diferenciadas. Além disso, muito das importações é para viabilizar a indústria doméstica (a partir de insumos ou de tecnologia a ser aprendida), o que coincide com o destaque das manufaturas neste momento. A questão dos alimentos e da agricultura tem representatividade semelhante dentro das importações de cada país, ambos importando mais alimentos do que produtos agrícolas "brutos". A Coreia do Sul se sobressai com relação à importação de combustíveis e metais e minerais, diferença que se fundamenta nas diferenças naturais entre os países: o Brasil, com o território nacional extenso, tem muitos recursos que o abastecem internamente, enquanto a Coreia do Sul não consegue explorar esse tipo de aspecto em sua economia.

Ainda nessa linha, mostra-se que as importações brasileiras são bastante focadas em

seu crescente mercado interno e em bens que este consome, enquanto as compras sul coreanas servem muito mais como embasamento das exportações do país – situação que reflete os focos de cada política industrial. Evidenciando essa ideia, a diferença na dimensão de mercado interno – medido basicamente pela população nacional de cada território – já indica que o volume de produção (ou importação) necessário para suprir a demanda nacional nos dois países é muito distinto. Mais uma vez, é entendida a necessidade de analisar os dados de produção, importação e exportação conjuntamente, uma vez que estes não só complementam na caracterização das economias, mas também ao suprir conjuntamente as demandas nacionais internas. Aprofundando esta análise, a seguir apresentam-se dados referentes à estrutura das exportações nos países em questão.

Gráfico 9 - Estrutura das Exportações em 2000



Fonte: World Bank (2015)

As exportações dos países estudados já apontam mais claramente as diferenças estruturais entre eles. Primeiramente, os mais de 90% das exportações sul coreanas representados pelas manufaturas expõe os grandes esforços de industrialização do país e justifica o alto volume importado também nesse setor, implicando que a indústria nacional destina muitos recursos a agregar valor à produção que algumas vezes é importada. O Brasil, apesar de apresentar um significativo volume de exportação de manufaturas – pelos motivos já comentados, uma produção de menor valor agregado do que o equivalente da Coreia do Sul – se destaca no setor de alimentos, que representam quase um quarto das exportações totais. Apesar de pertencentes ao setor agrícola, tais exportações referem-se aos produtos já processados, o que demonstra um valor agregado mais elevado no âmbito da agricultura.

Mesmo assim, esses dados apontam que, apesar do grande foco em industrialização que teve o desenvolvimento brasileiro, a agricultura continua sendo muito relevante à economia do país, não havendo, assim, uma transformação profunda de suas atividades produtivas.

A diferença dos volumes exportados de metais e minerais, como dito anteriormente, pode ser explicada pela disponibilidade de recursos naturais dos países, onde o que a Coreia do Sul importa é claramente utilizado para suprir o mercado interno ou como matéria prima para a indústria, podendo ser exportado, mas na forma de manufaturas. A parcela de combustíveis permite concluir que o Brasil importa para complementar sua produção e suprir o mercado interno, enquanto a Coreia do Sul aponta volumes mais altos de exportação.

Tendo realizado a análise estrutural das variáveis acima, buscando uma comparação mais profunda entre os países, complementar aos dados apresentados anteriormente, o estudo segue com a decomposição das taxas de crescimento dos produtos agregados, buscando unir os dados de quantidade e por setor já observados, utilizando-os na obtenção dos resultados do trabalho.

4.2.2 Decomposição

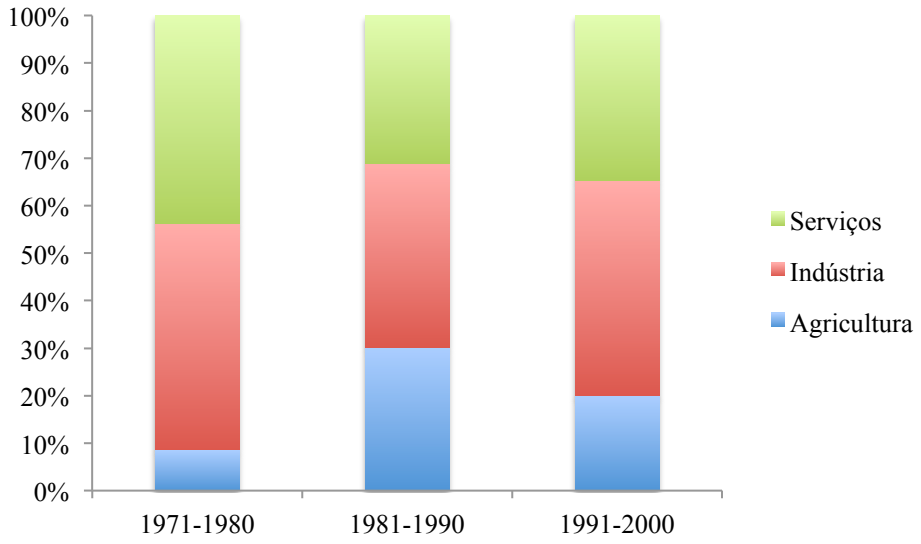
A decomposição do crescimento do PIB busca explicitar as diferenças qualitativas entre os dois países, a composição específica de seus produtos e como esta foi sendo transformada ao longo do período. "É frequentemente esclarecedor acompanhar como os agregados macroeconômicos mudam com o tempo através da decomposição temporal das identidades contábeis que os unem" (OCAMPO e RADA, 2009, p.54). A forma de análise, apresentando os dados por partes e enriquecendo-os com fatos históricos já trabalhados, é influenciada pelas referências Ocampo e Rada (2009) e Divisia (1926), autores que também trabalham com taxas de crescimento e sua decomposição. A série utilizada é a mesma que vem sendo estudada ao longo do trabalho, mas nessa etapa foi dividida em três subperíodos de mesmo tamanho, visando facilitar a observação dos resultados apresentados: de 1971 a 1980, de 1981 a 1990 e de 1991 a 2000.

Os gráficos a seguir representam a média anual do crescimento do PIB em cada um dos períodos, decomposto para que a contribuição de cada setor ao crescimento agregado da economia ficasse clara. Para tanto, foram utilizados dados deflacionados provenientes da ONU referentes aos valores adicionados por setor e também ao peso de cada setor no total do PIB anualmente. Com essas informações, pôde-se calcular o valor adicionado setorial

periodicamente e, assim, também o valor adicionado da economia, através da equação $\hat{P} = (P_1 - P_0)/P_0$, onde $\hat{P}$ é a variável de crescimento do PIB, P_1 é o PIB real no tempo 1 e P_0 no período anterior, no tempo 0. O resultado do crescimento setorial foi multiplicado pelos seus respectivos pesos no PIB real total, buscando encontrar a contribuição de cada setor no crescimento total do produto. A equação utilizada foi $\hat{X}_T = \propto \hat{X}_I + ß\,\hat{X}_A + \partial\hat{X}_S$, onde $\propto$, ß e ∂ representam os pesos do valor adicionado setorial no total da economia no ano base e $\hat{X}_I$, $\hat{X}_A$, $\hat{X}_S$ o crescimento do produto da indústria, agricultura e serviços no período total.

Dentro do setor industrial estão presentes mineração, manufaturas, utilidades e construção, enquanto em serviços constam vendas em geral, restaurantes, hotéis, transportes, depósitos, comunicação e outras atividades. Cada um desses itens não será especificado ao longo da decomposição por não ser este o foco do trabalho, pela restrição de dados disponíveis e pela crença de que a divisão selecionada permite uma ideia clara sem perder a eficácia dos resultados. No primeiro momento os países são analisados individualmente, considerando o crescimento total do PIB como 100% para melhor visão da sua estrutura e da contribuição de cada setor para o crescimento total nos diferentes subperíodos. Então, ambas as taxas de crescimento são comparadas, tanto em relação à taxa real de crescimento como quanto à sua composição – essa etapa expõe a ideia final do trabalho e o encaminha às considerações finais.

Gráfico 10 - Composição do Crescimento do PIB no Brasil



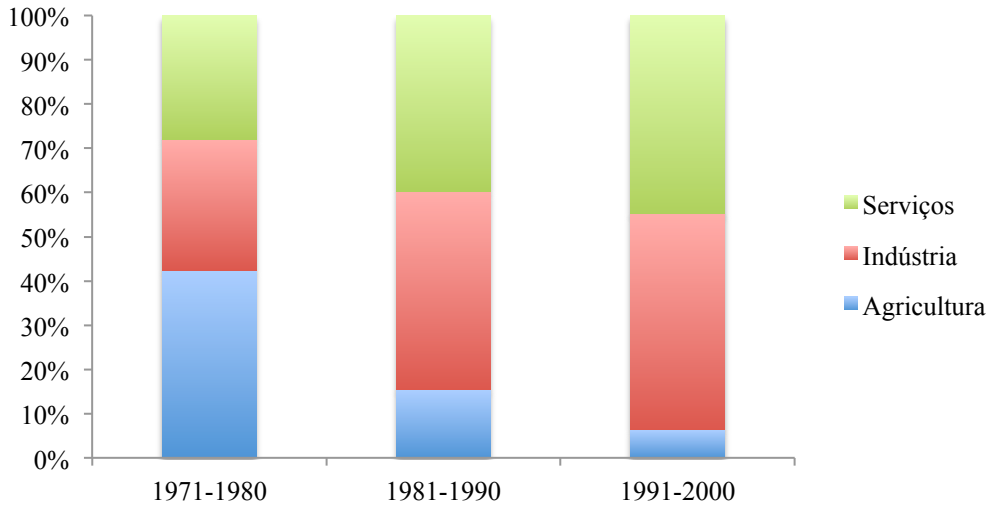
Fonte: Elaboração Própria (2015)

Percebem-se algumas mudanças na tendência de crescimento do produto brasileiro ao longo dos anos estudados. No primeiro período a indústria representa uma parcela

considerável do crescimento do PIB, o que se justifica pelos esforços significativos dos governos desenvolvimentistas e militares em aprofundar a industrialização e aumentar o valor agregado da produção industrial nacional. O crescimento da agricultura não é muito expressivo, o que é previsível pela sua já grande importância nos períodos anteriores à década de 1970. Serviços também se mostra um ponto de atenção, por representar bem o início de um período de foco em qualidade, em bens baseados em conhecimento e o aumento da tecnologia atrelada à produção. No segundo período apresentado, que engloba praticamente toda a "década perdida" da economia brasileira e sua desaceleração pós governos militares, a indústria e os serviços refletem essa situação com uma diminuição no seu crescimento, o que permite que a agricultura represente uma parcela maior do crescimento do produto, tendo sua participação no crescimento total do produto aumentado cerca de 200% desde o primeiro período.

No terceiro período, assim como ocorre com a economia no geral, indústria e serviços voltam a crescer – o primeiro em maior escala que o segundo. O setor industrial volta a representar quase metade do crescimento total do produto e a agricultura, apesar de ter diminuído seu crescimento desde o segundo período, ainda aponta valores maiores que no início da série, tomando espaço do setor de serviços, cujo crescimento relativo diminuiu. A maior participação dos setores de bens, no quadro geral, em detrimento dos serviços, podem indicar técnicas produtivas mais modernas ou o aumento do valor adicionado frente a uma estabilidade maior dos serviços. As evoluções marcantes no tocante à economia brasileira no período estudado é a proeminência da indústria e serviços como determinantes do crescimento do PIB, apesar da forte capacidade produtiva agrícola do Brasil, e seu comportamento conjunto: quando indústrias e serviços aumentam sua participação na explicação do crescimento do produto, a agricultura decresce e o oposto também ocorre. Como foi visto no subcapítulo anterior, em 2010 grande parte da indústria brasileira constituía-se de mineração e construção, sendo menor a parcela relativa a manufaturas e aos produtos industriais. A seguir a mesma análise setorial é feita com os dados da Coreia do Sul.

Gráfico 11 - Composição do Crescimento do PIB na Coreia do Sul



Fonte: Elaboração Própria (2015)

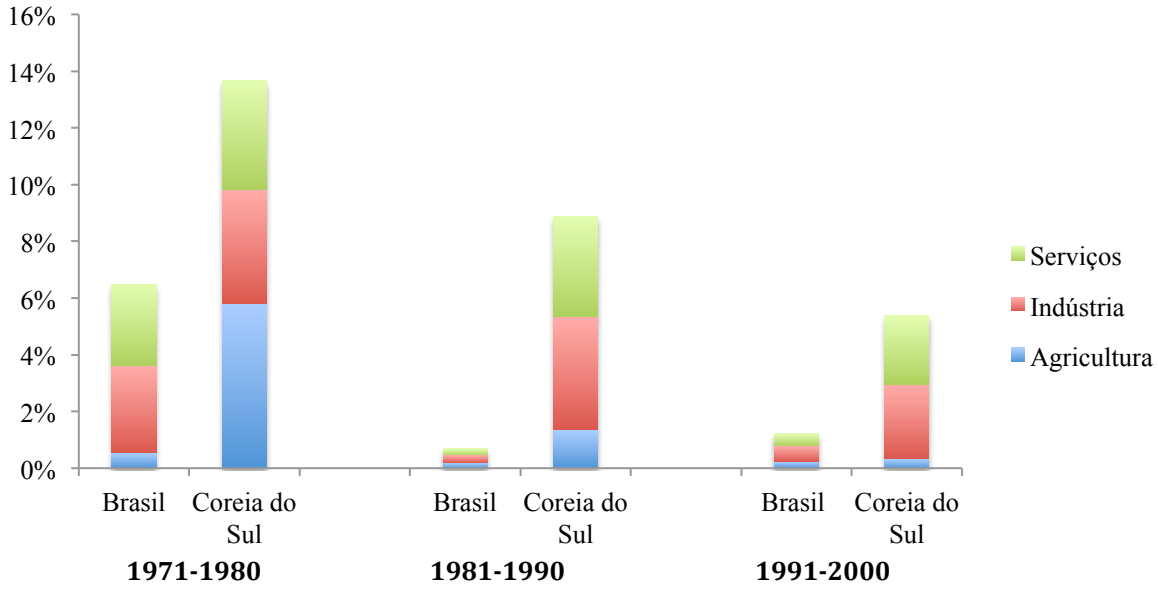
A evolução do crescimento do produto sul coreano se mostra muito diferente da brasileira em diversos aspectos. Na primeira década, por exemplo, é a agricultura que representa quase 50% do crescimento do produto – percebe-se que os resultados do impulso à indústria química e pesada realizado ao fim da década ainda não se concretizaram e a Coreia do Sul ainda estampava características de um desenvolvimento precário. O aumento de mais de 60% na representatividade da indústria no segundo período estudado já aponta grande avanço no processo de industrialização sul coreano, mas o retrocesso do crescimento da agricultura é ainda maior, coberto pelo aumento da contribuição de serviços. A transformação da economia da Coreia do Sul entre esses dois períodos é gritante não só pelo grande aumento da representatividade da indústria no crescimento do produto ou pela diminuição a quase 1/3 da parcela da agricultura, mas pelo efeito que ambos formam juntos: a transformação da Coreia em uma economia industrializada, com os serviços também em expansão. Nesse setor, como visto anteriormente baseado em Ocampo e Rada (2009) e Chang (2002), há uma intensificação do uso de tecnologia e um aumento da produtividade que explicam sua maior representatividade dentro do crescimento total do produto sul coreano.

O terceiro período consolida essa estrutura desenvolvida da economia, uma vez que a parcela da agricultura no PIB se vê mais uma vez encolhida – passando a representar vinte vezes menos do que no início da série – e a participação da indústria e dos serviços no crescimento do produto continua crescente. O setor industrial, na trajetória da economia sul coreana, segue sendo o determinante do crescimento do PIB – sendo constituído em grande parte pelas manufaturas, como já foi mostrado, e dentro destas pela indústria pesada, foco dos esforços do governo Park – seguido de perto pelo setor de serviços. Essa estrutura aponta um

maior desenvolvimento do que ocorreu no Brasil e mais sustentável, uma vez que houve uma transformação intrínseca da composição da produção do país, tendendo para uma economia mais industrializada, baseada em conhecimento e com valores agregados crescentes. Isso é visto pois não só a participação da indústria e dos serviços cresceu significativamente durante toda a série, mas também sua intensidade tecnológica e produtividade aumentaram, representando uma mudança qualitativa na produção que não teve equivalente na economia brasileira.

Destaca-se que é essa mudança qualitativa que diferencia o desenvolvimento dos dois países estudados e não apenas a diferença na contribuição de cada setor ao crescimento total do produto. Apesar de compreender bem a essência do crescimento das economias, esses dados ainda pecam por não dar volume ao crescimento, visto que o aumento do PIB não foi o mesmo nos três períodos – como se viu no capítulo anterior a respeito de valores agregados e contínuos de produção. Assim, ainda é necessária a exposição do real crescimento do PIB, em porcentagem, para que se possa comparar o desenvolvimento dos países, como é feito a seguir.

Gráfico 12 - Comparação do Crescimento do PIB no Brasil e Coreia do Sul



Fonte: Elaboração própria (2015)

A comparação de Brasil e Coreia do Sul fica muito mais clara quando se mede, além da questão estrutural por setor, também os ritmos de crescimento de cada economia. A apresentação conjunta desses aspectos permite uma compreensão aprofundada das diferenças entre o desenvolvimento em cada país e sua evolução. A análise anterior observou que o

crescimento da Coreia do Sul se deu de forma muito mais sustentável do que a vista na economia brasileira por apontar uma clara transformação estrutural do crescimento do produto, substituindo a força da agricultura na economia por volumes de produção industrial crescentes. “O crescimento anda lado a lado com padrões mais fortes de mudança estrutural, enquanto a falta de crescimento não o faz” (OCAMPO; RADA, 2009, p.54). Além disso, observando o gráfico 12, percebe-se que a Coreia do Sul não só teve um desenvolvimento mais sustentável mas também obteve índices muito superiores de crescimento total da economia.

O Brasil cresceu, no melhor dos cenários, quase metade da economia sul coreana. Mesmo com o PIB da Coreia do Sul apresentando uma trajetória de desaceleração do crescimento, ela ainda se mostra muito superior ao crescimento apresentado pelo Brasil, cuja média anual foi menos de 1% durante a década perdida e quase 2% na do próximo período. Isso significa que, além de não desenvolver o setor industrial significativamente e não torná-lo mais produtivo ou intensivo em tecnologia, a estrutura do produto brasileiro não sustentou o crescimento do PIB – mostrando que o desenvolvimento do Brasil ainda está muito afastado dos países industrializados e mesmo da Coreia do Sul. Esse tipo de análise expõe as economias e permite uma comparação de base mais sólida do que apenas os valores agregados apresentados anteriormente. Com esse conhecimento, sabe-se que apesar de alguns aspectos na trajetória total de ambos os países serem semelhantes (o Brasil inclusive apresentando valores reais maiores de PIB), não há dúvida que a Coreia do Sul alcançou níveis muito mais significativos de desenvolvimento e que a economia brasileira ainda deve passar por uma série de ajustes antes de ser considerada junto aos países industrializados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização do presente trabalho, pôde-se compreender de forma mais aprofundada a relação entre a economia brasileira e a sul coreana em seu período de desenvolvimento mais intenso. Acredita-se que a observação dessas duas economias possa servir de base no entendimento das regiões as quais elas pertencem, América Latina e Leste Asiático. Ficou claro que as políticas utilizadas pela Coreia do Sul foram mais específicas e de cunho mais estratégico, e que comprometeram a economia a curto prazo para obter melhores resultados no futuro, como o desenvolvimento da indústria química e pesada. Para que tal ação obtivesse sucesso, o governo precisou ser rígido ao conceder subsídios às empresas, valorizando aquelas que obtinham performances diferenciadas e penalizando as que não eram eficientes – de modo a manter as mais produtivas e, assim, desenvolver a indústria mais rapidamente. Ainda, os investimentos em educação e pesquisa permitiram a especialização da mão de obra que foi essencial na intensificação tecnológica e na maior produtividade – atreladas principalmente à indústria e aos serviços.

A industrialização brasileira ocorreu de forma diferenciada, uma vez que ao substituir importações a produção nacional iniciou-se com os bens de menor valor, dificultando a transição para produtos mais tecnológicos e baseados em conhecimento. O governo brasileiro não conseguiu, também, ter o mesmo controle com relação à concessão de incentivos – o que permitiu a permanência de empresas ineficientes na indústria nacional. Essas diferenças embasam e explicam simultaneamente os resultados obtidos: a economia da Coreia do Sul não só cresceu, durante o período estudado, a índices muito superiores à economia brasileira, mas sua composição se mostrou muito mais sofisticada. A transformação estrutural pela qual passou a Coreia do Sul ao longo da série analisada aponta que seu desenvolvimento foi sustentável e garante sua posição entre as potências industrializadas do novo milênio.

> Crescimento sustentável em regiões exitosas é associado a mudanças na estrutura econômica em diversas dimensões. Reconhecer as mudanças estruturais que ocorrem nas regiões com crescimento consistente pode ajudar a enquadrar futuras direções que outras economias em desenvolvimento possam tomar. Desnecessário dizer que cada economia é uma entidade única com características próprias que requerem políticas específicas. Mas fatos estilizados mostram que há movimentos dinâmicos de variáveis macroeconômicas chave que aparecem conectadas ao crescimento sustentável do produto em diferentes sistemas econômicos. (OCAMPO; RADA, 2009, p.41).

Assim, fica claro que o desenvolvimento do Brasil ainda não foi completo, e que o

país precisa avançar no sentido de transformar sua estrutura produtiva antes de ser considerado entre os países industrializados da economia global – apesar de, como demonstrado ao longo do trabalho, o avanço de sua economia nos trinta anos estudados ter sido notável. Perceber e apontar possíveis falhas nas políticas adotadas nacionalmente e na forma como o desenvolvimento dos países foi conduzido não é do espectro deste trabalho, mas algumas situações exitosas e ações efetivas para a evolução das economias destacam-se ao longo do texto quando da observação cuidadosa.

Considera-se importante enfatizar que a análise da composição setorial não representa a totalidade das características do desenvolvimento dos países, mas enriquece o estudo a nível da compreensão de um espectro específico, ainda que limitado. Para aprimorar a conclusão, ainda seriam necessários estudos sobre o custo do crescimento econômico para cada país, assim como estratégias de conglomeração e outras linhas de estudo que tratem do tema a partir de ângulos diferenciados. Tais abordagens não foram inseridas no trabalho por serem bastante extensas e, assim, fugirem do formato da presente pesquisa. Para abranger todo o conteúdo sobre o tema, seria necessário um tempo maior de pesquisa, assim como conhecimentos que muitas vezes não são pertinentes ao estudante de graduação. Assim, considera-se que a abordagem adotada compreende o tema da melhor forma possível, encaminhando a pesquisa a conclusões que mesmo que incipientes, são pertinentes ao estudo da economia internacional.

Além disso, também o âmbito social das economias não foi abordado com profundidade, o que poderia ser citado como um possível caminho para a presente pesquisa. Outras possibilidades seriam estender o estudo até os anos recentes ou então analisar outros países de cada região para observar se Brasil e Coreia do Sul são realmente representativos dentre seus vizinhos. Com relação aos resultados obtidos, acredita-se que os objetivos definidos foram atingidos e que a pesquisa possibilitou maiores conhecimento a respeito de desenvolvimento econômico e decomposição das economias, além das noções específicas sobre a relação das economias brasileira e sul coreana. A experiência do estudo foi muito proveitosa e há interesse em realizar novas pesquisas sobre o desenvolvimento dos países e a consolidação das economias no contexto internacional atual.

REFERÊNCIAS

AMSDEN, Alice H. **Asia's next giant.** New York: Oxfoxt University Press, 1989.

_____. **The rise of the rest.** New York: Oxford University Press, 2001.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A Lógica Perversa da Estagnação: Dívida, Déficit e Inflação no Brasil**. Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 2, p. 187-211, abr. 1991. Disponível em: < http://www.bresserpereira.org.br/papers/1991/89.alogicaperversadaestagnacao.web.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2015.

CARNEIRO, Ricardo. **Desenvolvimento em Crise**. São Paulo: UNESP, 2002.

CASTRO, Antonio Barros de. A Reestruturação Industrial Brasileira nos Anos 90. Uma interpretação. **Revista de Economia Política,** São Paulo, v. 21, n. 3 (83), jul./set. 2001.

CUNHA, André. Liberalização Econômica, Crise Financeira e Reformas Estruturais. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 365-402, out. 2004.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada.** São Paulo: Editora UNESP, 2002.

_____. **Maus Samaritanos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

DIVISIA, François. L'indice monétaire et la théorie de la monnaie. **Revie d'Economie Politique,** , Sirey, v.39, p.980-1008, 1926.

EICHENGREEN, Barry J.; CHUNG, Duck-Koo. **The Korean Economy Beyond the Crisis.** Cheltenham-Northamptom: Edward Elgar Pub, 2004.

FERREIRA NETO, Mário. **A História da Inflação e dos Juros no Brasil** – A Evolução da Inflação e a Mudança de Moeda no Brasil. [S.l.], 2013. Disponível em: <http://www.ebah.com.br/content/ABAAAfSLkAB/artigo-a-historia-inflacao-dos-juros-no-brasil>. Acesso em: 24 abr. 2015.

FRANK JUNIOR; Charles R; KIM, Kwang Suk; WESTPHAL, Larry E. Economic Growth in South Korea since World War II. In: FRANK JUNIOR; Charles R; KIM, Kwang Suk; WESTPHAL, Larry E. **Foreign Trade Regimes and Economic Development: South Korea.** Cambridge: National Bureau of Economic Research, 1975. p. 6-24. Disponível em: < http://www.nber.org/chapters/c4063.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2015.

FONSECA, Pedro Cezar. O mito do populismo econômico de Vargas. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 31, n. 1, p.56-76, jan./mar. 2001.

_____. Sobre a Intencionalidade da Política Industrializante no Brasil na Década de 1930. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 23, n. 1, p.133-148, jan./mar. 2003.

GIAMBIAGI, Fabio et al. **Economia Brasileira Contemporânea [1945-2010].** Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

GRAHAM, Edward M. **Reforming Korea's Industrial Conglomerates.** Washington: Institute for International Economics, 2003.

GUIMARÃES, Alexandre Queiroz. Estado, instituições e desenvolvimento: o modelo coreano e a interpretação da crise asiática. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, v. 17, n. 34, p. 253-269, out. 2009. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v17n34/a18v17n34.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2015.

HOBSBAWM, Eric. **Globalização, Democracia e Terrorismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MORRONE, Henrique. **A álgebra das Decomposições:** mudança estrutural e desempenho da economia gaúcha no período 1995-2010. Porto Alegre: UFRGS/FCE/DERI, 2014.

OCAMPO, José Antonio; RADA, Codrina. **Growth and policy in developing countries:** a structuralist approach. New York: Columbia University Press, 2009.

PIKETTY, Thomas. **O Capital no Século XXI.** Rio de Janeiro: Intrínseca, 2013.

RODRIK, Dani. How Far Will International Economic Integration Go? **Journal of Economic Perspectives**, Cambridge, v. 14, n.1, p.177-186, jan. 2000.

RODRIK, Dani; SUBRAMANIAN, Arvind. **Why did Financial Globalization Disappoint?** [S.l.], Mar. 2008.

RODRIK, Dani. **The Globalization Paradox**. New York: Norton & Company, 2012.

SEITENFUS, Ricardo. **Manual das Organizações Internacionais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento Econômico.** São Paulo: Atlas, 2012.

STIGLITZ, Joseph. **Globalization and its Discontents**. London: Penguin Books, 2002.

STIGLITZ, Joseph E.. **The Price of Inequality**. New York: WW Norton, 2013.

UNSTATS. **National Accounts Main Aggregates Database**. [S.l.], 2015. Disponível em: <http://unstats.un.org/unsd/snaama/Introduction.asp>. Acesso em: 20 maio 2015.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **História do Século XX**. Porto Alegre: Novo Século, 1998.

WOODS, Ngaire. Bretton Woods Institutions. In: WEISS, Thomas G.; DAWS, Sam. (Org.) **The Oxford Handbook on the United Nations.** New York: Oxford Press, 2008. p. 233-253.

WORLD BANK. **World DataBank.** [S.l.], 2015. Disponível em: <http://databank.worldbank.org/data/home.aspx>. Acesso em: 16 maio 2015.